

FRANCISCA ALINE DE OLIVEIRA TORRES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E
PERSPECTIVAS POPULARES NA OPINIÃO DOS
PROFESSORES**

Orientadora: Prof.^a Doutora Fernanda Maria Veiga Gomes

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia
Instituto de Educação**

**Lisboa
2016**

FRANCISCA ALINE DE OLIVEIRA TORRES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E
PERSPECTIVAS POPULARES NA OPINIÃO DOS
PROFESSORES**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 16 de fevereiro de 2016, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº 63/2016, de 11 de fevereiro de 2016, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor António Teodoro

Arguente:

Prof. Doutor José Veigas Brás

Vogal:

Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa

Orientadora:

Prof.^a Doutora Fernanda Veiga Gomes

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2016

“Se adestram os animais, se cultivam as árvores e se educam os seres humanos”...

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

A Deus o campeão que me deu todas as vitórias, inclusive mais essa, aos meus pais que me concederam a vida, aos meus amigos de curso, aos colegas de profissão.

Espero que cada tijolo colocado nessa nova etapa de construção da vida pessoal e profissional seja a base para melhorar o planeta e a construção de um novo mundo.

Agradeço profundamente ao meu filho Matheus, foi por ele que lutei por mais essa vitória e sempre lutarei. Matheus, obrigada por tudo!

Agradeço a Deus por ter colocado uma grande mulher sábia em minha vida, minha orientadora Fernanda, obrigada por tudo, e por cada dia me transformar em um ser humano melhor, capaz de cuidar do meu universo chamado Planeta Terra. Obrigado por tudo!

RESUMO

A sociedade nos dias atuais exige um cidadão consciente, participativo e responsável na sua maneira de viver, uma vez que seu modo de vida irresponsável e o consumo desenfreado tem causado a insustentabilidade do planeta. Diante disso é posto a ser a educação um instrumento de formação deste cidadão. Para isto é fundamental uma educação ambiental crítica e transformadora. Entendemos que a educação é uma forma de transformação social e não apenas um instrumento de defesa ambiental e da cidadania. Sendo assim, a consciência ecológica está conectada à conservação do ambiente, gerando novos princípios, valores e conceitos para uma nova racionalidade, propiciando um conhecimento prudente, questionando e problematizando os paradigmas científicos com base no que foi constituída a civilização moderna. A presente dissertação tem como objetivo analisar as ações desenvolvidas por duas escolas públicas de Ensino Fundamental do município de Araripina-PE, que envolvam a educação ambiental. Esta pesquisa tem por intuito diagnosticar a visão dos professores, assim como suas características básicas de formação e perfil social e as correlacionar com os fatores que interferem no processo de Educação Ambiental (EA) vigente na instituição. Considerando a importância da temática ambiental para desenvolvimento do senso crítico e da construção de um saber ambiental, a escola deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e as suas consequências para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e para o meio ambiente. É fundamental que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com reunião de autores renomados sobre o tema em questão, como também uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa e descritiva, com duas escolas da rede municipal localizada na Cidade de Araripina-PE, Brasil, realizada através de questionários com professores de ciências, sobre a Educação Ambiental. Com os resultados da pesquisa, percebeu-se que os professores das Escolas X e Y, com todas as dificuldades enfrentadas e os recursos escassos, parecem preparados e reconhecem a importância da escola se envolver em mais projetos educativos sobre EA, cujos conteúdos envolvam a comunidade e as famílias nas atividades propostas.

Palavras Chave: Educação Ambiental, professores, escola, sociedade.

ABSTRACT

Society nowadays requires a conscious citizen, participatory and responsible in the way they live, as their way of life irresponsible and unbridled consumption has caused the unsustainability of the planet. Thus is set to be education a training tool of this citizen. For this is fundamentally a critical environmental education and manufacturing. We understand that education is a form of social change and not just a tool of environmental conservation and citizenship. Thus, the ecological conscience is connected to environmental conservation, creating new principles, values and concepts for a new rationality, providing a prudent knowledge, questioning and questioning scientific paradigms based on what was established modern civilization. This thesis aims to analyze the actions developed by two public elementary schools in the municipality of Araripina, Pernambuco, involving environmental education. This research is meant to diagnose the view of teachers as well as its basic features training and social profile and correlate with the factors that affect the process of environmental education (EE) in force in the institution. Considering the importance of environmental issues for the development of critical thinking and the construction of an environmental knowledge, the school must provide effective means for each student understand the natural phenomena, human actions and their consequences to himself, to his own kind, for other living beings and the environment. It is essential that each student develops their potential and adopt constructive personal attitudes and social behavior, contributing to building a socially just society, in a healthy environment. It is a bibliographical survey of meeting renowned authors on the subject in question, as well as a field research, qualitative and descriptive, with two schools municipal located in the city of Araripina, Pernambuco, Brazil, conducted through questionnaires with science teachers on environmental education. With the results of the research, it was noticed that teachers of School X and Y, with all the difficulties faced and scarce resources, seem prepared and recognize the importance of school to engage in more educational projects for EA, whose content involves the community and families in the proposed activities.

Keywords: Environmental Education, teachers, school, society.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CETESB -Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

CIEAs -Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental.

EA- Educação Ambiental.

LDB- A Lei de Diretrizes e Bases.

MEC- O Ministério da Educação.

PCN's - Parâmetros curriculares nacionais.

PNMA- Política Nacional de Meio Ambiente.

ProNEA -Programa Nacional de Educação Ambiental.

UNEP- Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I. MARCO TEÓRICO	14
1.1. Contexto histórico da Educação Ambiental	15
1.1.1. Conferência de Estocolmo	18
1.1.2. Seminário de Educação Ambiental	20
1.1.3. Conferência de Tbilisi.....	21
1.1.4. Conferência Rio'92	22
1.1.5. Da Conferência de Thessaloniki (1997) à Conferência de Paris (2015).....	23
1.2. Discussão acerca da definição de educação ambiental	25
1.3. Educação Ambiental no Brasil: caminhos e descaminhos	29
1.3.1. Política Nacional de Educação Ambiental.....	30
1.3.2. Diretrizes curriculares para a Educação Ambiental.....	32
1.3.3. Educação Ambiental e Cidadania	39
1.3.4. Educação Ambiental e perspectivas populares.....	42
CAPÍTULO II. PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	46
2.1. O problema de investigação	47
2.2. Questão de partida.....	48
2.3. Objetivos	48
2.3.1. Objetivo geral	48
2.3.2. Objetivos específicos	48
2.4. Valor teórico e prático do problema.....	49
CAPÍTULO III. METODOLOGIA DA PESQUISA	50
3.1. Caracterização da Pesquisa	51
3.1.1. Uma pesquisa de tipo qualitativo e descritivo	52
3.1.2. Uma pesquisa baseada na análise documental.....	52
3.1.3. Uma pesquisa centrada na análise de questionários aos professores de ciências	53
3.2. Locus da Pesquisa	53
3.2.1. A Escola X.....	54
3.2.2. A Escola Y	55
3.2.3. O papel do investigador	55
3.3. Procedimentos da Coleta de Dados	55

3.3.1. Análise documental.....	56
3.3.2. Organização dos questionários aos professores.....	56
CAPÍTULO IV. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	58
4.1. O questionário exploratório.....	59
4.2. O segundo Questionário.....	63
4.2.1. Respostas dos professores da Escola X	64
4.2.2. Respostas dos professores da Escola Y	68
CONCLUSÕES.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
ANEXOS	I
Anexo I. Questionário 01	II
Anexo II. Questionário 02.....	IV
Anexo III. PPP da Escola X	V
Anexo IV. PPP da Escola Y	XXV

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Opinião dos professores sobre EA.....	64
Tabela 2. Opinião dos professores sobre a EA ministrada como disciplina específica ou articulação interdisciplinar.	65
Tabela 3. Opinião dos professores sobre a contribuição da escola em relação a inclusão dos alunos na temática ambiental.....	66
Tabela 4. Opinião dos professores sobre qual projeto seria melhor desenvolver na sua comunidade.....	67
Tabela 5. Opinião dos professores sobre participação ativa em projetos de cidadania.....	67
Tabela 6. Opinião dos professores sobre EA.....	68
Tabela 7. Opinião dos professores sobre a EA ministrada como disciplina específica ou articulação interdisciplinar.	69
Tabela 8. Opinião dos professores sobre a contribuição da escola em relação a inclusão dos alunos na temática ambiental.....	70
Tabela 9. Opinião dos professores sobre qual projeto seria melhor desenvolver na sua comunidade.....	71
Tabela 10. Opinião dos professores sobre participação ativa em projetos de cidadania.....	72

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráficos 1 e 2: Sexo dos professores que participaram da pesquisa	59
Gráficos 3 e 4: Tempo de atuação na área.....	60
Gráficos 5 e 6: Incentivo por parte da escola sobre trabalhar com projetos ambientais	60
Gráficos 7 e 8: Opinião dos professores sobre a EA na grade curricular.....	61
Gráfico 09 e 10: Conscientização por parte dos professores quanto aos problemas ambientais	62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Localização de Araripina-PE	54
--	----

INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade, a educação escolar tem sido apenas uma educação reprodutora dos fatos sociais, mas a realidade contemporânea permite-nos perceber que a escola como a instituição educacional mais importante da atualidade deveria contribuir na formação humana, porque a educação faz parte da vida e tem um papel importante na construção da cidadania.

Nas últimas décadas tem ocorrido um processo acelerado de mudanças nas esferas socioeconômicas e ambientais, essas mudanças contribuíram para extinção de muitas espécies de seres vivos, o que resultou no desequilíbrio de diversos ecossistemas da Terra. O número de pessoas pobres no mundo aumentou consideravelmente, assim como a exclusão social. O mundo, hoje, vive uma crise ambiental, resultante do processo acelerado de desenvolvimento da sociedade contemporânea, centrada no acúmulo de dinheiro e no consumismo demasiado.

Sendo assim a escolha do tema desta pesquisa partiu dessa realidade. Considero importante a associação entre Educação Ambiental e Educação Escolar, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental, para promover uma melhoria da qualidade do ensino, através de um projeto educativo que tendo por base a realidade dos problemas ambientais, desenvolva nos alunos uma mudança de atitudes face aos problemas atuais e futuros e, conseqüentemente, da qualidade de vida de todos. Numa concepção de Educação Ambiental Transformadora, a educação escolar é tida como ambiente de mudança social, onde ocorre uma transformação associada aos valores, aos padrões cognitivos, à ação política democrática e às relações econômicas. Essas mudanças fortalecem a identidade das pessoas através do exercício da cidadania, da percepção da totalidade das relações sociais no mundo e da superação das formas de dominação.

Diante desse pressuposto, acreditamos que a Educação Ambiental pode contribuir para a formação emancipatória de todos os cidadãos nas cidades ou no campo onde todos aqueles que se encontram excluídos dos processos de transformação social, são submetidos a aceitarem tudo o que é posto pelo sistema político-financeiro e econômico sem discussão crítica sobre os problemas ambientais. Na escola, a Educação Ambiental só poderá contribuir para a formação emancipatória desses cidadãos, se for desenvolvida como uma prática diária e, por isso, precisa ser iniciada na sala de aula, por professores e estudantes, e aos poucos conquistar outros espaços da escola, pois desta maneira ajudará o educando a ampliar sua

visão de mundo, permitindo-lhe fazer leitura crítica e reflexiva de seu ambiente natural e social.

A presente pesquisa emerge a partir de experiência como professora, onde, observei que a maioria dos estudantes não valorizava o ambiente circundante, pois apesar de ser um bem comum a todos, paredes, muros e bancos de praça encontram-se riscados e/ou pichados. E essa falta de atitudes e procedimentos que pudessem manter o ambiente limpo e saudável, se reflete também nas relações interpessoais. Frequentemente verifica-se uma falta de respeito pelo meio em que vivem, resultado da ausência de uma educação ambiental.

Diante disso, percebe-se que crianças e jovens devem ter acesso a uma educação voltada para o Meio, para que possam se sentir parte tanto do meio natural quanto do meio social, enxergando sua importância e sua dependência na relação natureza/sociedade.

Com base no problema relacionado com a necessidade de se promover uma Educação Ambiental, desenvolveu-se uma pesquisa em duas escolas, do Município de Araripina-PE, Brasil, visando identificar as concepções dos professores sobre Educação Ambiental com o objetivo de verificar que tipo de atividades são implementadas sobre os temas ambientais na escola e procurando saber qual a importância destas atividades para os municípios e a comunidade em geral.

A investigação teve uma abordagem qualitativa, por concordamos que em educação não devemos unicamente nos ater a dados quantitativos, pois “[...] parte-se do princípio de que no âmbito social existem diferentes problemáticas, questões e restrições que não podem ser explicadas nem compreendidas em toda a sua extensão a partir da abordagem quantitativa” (Gonzaga, 2005, p. 91).

Foram realizados dois questionários, distribuídos a dez professores de ciências das duas escolas. O primeiro questionário, de respostas fechadas, e um segundo de respostas abertas. Com estes questionários procurou-se conhecer a opinião dos professores sobre a disciplina de Educação Ambiental e os seus objetivos na promoção de uma educação visando uma cidadania ativa e responsável.

A presente dissertação dividiu-se em quatro capítulos, sendo o primeiro representado pelo marco teórico que aborda a evolução dos conceitos sobre a Educação Ambiental; o segundo capítulo apresenta a problemática da pesquisa, junto com os objetivos que norteiam este trabalho; no terceiro capítulo é especificada a metodologia aplicada; e o quarto capítulo representa a análise e interpretação dos dados. Na conclusão procura-se relacionar o quadro teórico com a interpretação dos dados coletados.

CAPÍTULO I.

MARCO TEÓRICO

A Educação Ambiental é definida como o processo que busca desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhe são associados, e que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar individual e coletivamente na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (Agenda 21).

Dias (2008), propõe que a Educação Ambiental seja um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, onde as pessoas envolvidas passem a ser agentes transformadores, participando ativamente tanto do diagnóstico dos problemas quanto da busca de alternativas e da implementação de soluções.

1.1. Contexto histórico da Educação Ambiental

Os enfoques aqui relacionados buscam de forma estratégica apontar tais construções na história da Educação Ambiental, bem como suas várias definições; suas causas; consequências e por fim a sua importância no que se refere à ação educativa. A Educação Ambiental tem sido muito discutida atualmente em vários e diferentes contextos, mas para se chegar aos atuais questionamentos será preciso se fazer uma retrospectiva nos acontecimentos no que se refere à Educação Ambiental.

No entanto, a tarefa de educar para o meio ambiente ou com o meio ambiente não é nova, pois as duas histórias se confundem e se articulam a educação para o meio ambiente e a da Educação Ambiental.

Nos anos 60, em alguns países de primeiro mundo, essa preocupação ou sensibilização com o meio ambiente aparecia junto com uma crítica mais profunda que os movimentos sociais da época faziam, principalmente entre os jovens, quanto ao estilo de vida, valores e comportamentos de uma sociedade consumista e depredadora.

Nesta mesma época, surgiu o ambientalismo nos Estados Unidos, onde ocorreram várias reformas no ensino de ciências, para a produção de material de ensino voltado a investigação por parte do estudante, porém os objetivos e instrumentos tendiam configurar-se em meramente tubos de ensaio.

Em 1968, na Grã-Bretanha, surgiu o Conselho para a Educação Ambiental e nos países nórdicos, no mesmo ano, foram aprovadas variadas intervenções na política educacional, como normas, deliberações e recomendações, que introduziram a Educação Ambiental no currículo escolar. Iniciando a década de 80, no período de 10 à 14 de novembro de 1980, foi realizado o Seminário Internacional sobre o caráter interdisciplinar da Educação

Ambiental no ensino de 1º e 2º graus, em Budapeste, Hungria, promovida pela UNESCO e pela Organização Nacional de Proteção Ambiental e Conservação da Natureza.

Em 1981, no dia 31 de Agosto foi sancionada a Lei nº 6.938, que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Anos depois, em Versalhes, ocorreu a I Conferência sobre o Meio Ambiente da Câmara do Comércio Internacional com o objetivo de estabelecer formas de colocar em prática o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

A Educação Ambiental surge no Brasil muito antes da sua institucionalização no governo federal. Temos a existência de um persistente movimento conservacionista até o início dos anos 70, quando ocorre a emergência de um ambientalismo que se unem às lutas pelas liberdades democráticas, manifestada através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil, de prefeituras municipais e governos estaduais, com atividades educacionais voltadas a ações para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente. Neste período também surgem os primeiros cursos de especialização em Educação Ambiental. (Pádua, 2000)

“O processo de institucionalização da Educação Ambiental no governo federal brasileiro teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente(Sema), vinculada à Presidência da República. Outro passo na institucionalização da Educação Ambiental foi dado em 1981, com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) que estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Reforçando essa tendência, a Constituição Federal, em 1988, estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (Jacobi, 1998, p. 201)

No ano seguinte em 1988, a Secretaria do Estado do Meio Ambiente de São Paulo e a CETESB lançam o guia do professor de 1º e 2º graus (edição piloto). Logo em seguida, em 05 de Outubro foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, contendo um capítulo sobre o meio ambiente e vários outros artigos afins.

No ano de 1990 foi declarado pelas Nações Unidas o ano Internacional do Meio Ambiente. Contudo o Brasil, no ano seguinte em 1991, através da portaria 678 do MEC (14.05.91), resolveu que os sistemas de ensino em todas as instâncias, níveis e modalidades contemplassem, nos seus respectivos currículos, entre outros, os temas, conteúdos referentes à Educação Ambiental.

Também foi criada em Junho de 1991, a Universidade Livre do Meio Ambiente (Curitiba), que em pouco tempo viria a se consolidar, através de seus programas e projetos,

como um importante centro de divulgação de conhecimentos, treinamento e aperfeiçoamento profissional em meio ambiente.

A portaria, nº 2.421 de 21/11/1991 do MEC, instituiu, em caráter permanente, um grupo de trabalho para a Educação Ambiental, com o objetivo de definir com as secretarias de educação, as metas e estratégias para a implantação da respectiva educação no país, tal como elaborar proposta de atuação do MEC na área de educação formal e não formal. Outros estudos seguiram, novos conceitos foram formulados, até se chegar à última conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, a Rio (92). Momento importante dessa história foi à elaboração, discussão e aprovação em 1992, durante a UNCED (Rio 92), no encontro da sociedade civil (Fórum global), do tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

Observa-se que esse tratado, foi discutido anteriormente à conferência em inúmeros fóruns ocorridos em muitos países, após longos debates, com parceiros diversos e até contraditórios. No entanto esse documento compõe-se de várias partes, dos seus quinze princípios todos relevantes, alguns podem ser destacados em questão à educação:

A Educação Ambiental deve buscar uma perspectiva holística, relacionando homem/natureza/universo e também, ser interdisciplinar.

A Educação Ambiental deve criar novos estilos de vida, desenvolver uma consciência ética trabalhar pela democratização dos meios de comunicação de massa.

Em 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para a sua execução. Este foi um passo decisivo para a realização das ações em Educação Ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (projeto que será relatado neste documento).

Merece destaque o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que, em 2004, teve a sua terceira versão submetida a um processo de Consulta Pública, realizada em parceria com as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAs) e as Redes de Educação Ambiental, envolvendo cerca de 800 educadores ambientais de 22 unidades federativas do país (Meadows, 1999).

Em 2004, a mudança ministerial, a consequente criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e a transferência da CGEA para esta secretaria, permitiu um maior enraizamento da EA no MEC e junto às redes estaduais e

municipais de ensino, passando a atuar de forma integrada à áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação no Campo, conferindo assim maior visibilidade à Educação Ambiental e destacando sua vocação de transversalidade. A Educação Ambiental no MEC atua em todos os níveis de ensino formal, mantendo ações de formação continuada por meio do programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, como parte de uma visão sistêmica de Educação Ambiental. A Educação Ambiental passa a fazer parte das Orientações Curriculares do Ensino Médio e dos módulos de Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Crespo, 1998).

1.1.1. Conferência de Estocolmo

No início dos anos 70 o governo sueco apresentou à Organização das Nações Unidas uma proposta para a realização de uma Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano. o que de fato aconteceu em junho de 1972. em Estocolmo. Essa conferência, convocada pela ONU. foi a "primeira na história da humanidade em que políticos, especialistas e autoridades de governo, representando 113 nações. 250 organizações não governamentais e diversas unidades da própria ONU" ". se reuniram para discutir as questões ambientais.

Segundo Guimarães (2000, p. 30) esta conferência deveria ser um “encontro primeiro mundista para o qual o Terceiro Mundo seria convidado na condição de aprendiz". ' Tal fato justifica as divergências explicitadas entre os países ricos e países pobres, levando-se em conta que para as nações industrializadas, os problemas gravíssimos de poluição já eram uma realidade, o que não acontecia nos países que ainda não haviam sofrido o processo de intensa industrialização. As divergências, resultantes desta diferença de momento histórico entre os dois blocos de países, marcaram as posições radicais dos países do Sul durante a Reunião de Estocolmo.

Muitas das posições defendidas pelo Brasil com o respaldo dos países do Terceiro Mundo saíram vitoriosas de Estocolmo e constam do documento final dessa conferência, como por exemplo:

“As deficiências do meio ambiente decorrentes das condições de subdesenvolvimento e de desastres naturais ocasionam graves problemas; a melhor maneira de atenuar suas conseqüências e promover o desenvolvimento acelerado, mediante a transferência maciça de recursos consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna, quando necessária.” (Strong, 1992, p. 31)

Na reunião de Estocolmo, inúmeros programas foram criados como o UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas) para implementar o consenso obtido na Conferência. Os governos criaram ministérios ou agências para lidar com as questões ambientais, legislações e regulamentos ambientais foram promulgados. Organizações não-governamentais e grupos de cidadãos surgiram em todas as partes, a princípio, principalmente nos países desenvolvidos, bem como unidades governamentais de controle da poluição foram estimuladas.

No rol de medidas analisadas, refletidas e tomadas, colocou-se também a responsabilidade do ser humano em sua relação com o ambiente, onde a educação adquire importância singular para a solução dos problemas. Com esse objetivo, o documento final recomenda o seguinte princípio:

“É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens como adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos. Das empresas e das comunidades, inspirada sentido de sua responsabilidade, relativamente a proteção e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana.” (Goppel, 1991, p. 26-27).

Segundo os objetivos de Estocolmo, era necessário se estabelecer um programa internacional de educação sobre o meio ambiente, com enfoque interdisciplinar e com caráter escolar e extra-escolar. Deveria, portanto, abranger todos os níveis de ensino, dirigindo-se ao público em geral, visando ensinar-lhe as medidas corretas que. De acordo com as suas possibilidades, ele pudesse tomar para compreender e proteger o meio ambiente.

Nesse sentido, criou-se o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), cujo papel principal era promover o intercâmbio de informações, investigação, formação e elaboração de material educativo, visando a elaboração de estratégias globais para a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

O documento final da Conferência de Estocolmo contém também vários princípios que revelam a sua visão antropocêntrica tanto na expressão “meio ambiente humano” utilizada para exprimir a noção de ambiente, como na importância concedida às questões de investigação, de formação e de educação na área ambiental. A formação deveria contemplar especialista e decisões: a educação escolar e extra-escolar deveria generalizar-se para permitir a formação de uma opinião pública informada. E nesse sentido que as demais ações da UNESCO serão desenvolvidas a partir de então.

1.1.2. Seminário de Educação Ambiental

Preparado pelo PIEA e seguindo a Recomendação 96 de Estocolmo, realizou-se em 1975, na cidade de Belgrado (ex-Iugoslávia). o Seminário Internacional de Educação Ambiental. O documento final desta Conferência, conhecido como Carta de Belgrado, é o primeiro documento oficial dedicado integralmente à educação ambiental. Nesse documento estão incluídas análises da situação mundial, destacando-se a necessidade de buscar "a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome. do analfabetismo, da poluição, da exploração e dominação".

A UNESCO (1975) Ressalta que não é possível “lidar com esses problemas cruciais, de uma forma fragmentária”... e que os cidadãos de todo o mundo insistam em favor de medidas que darão suporte ao tipo de crescimento econômico que não traga repercussões prejudiciais às pessoas; que não diminuam de nenhuma maneira as condições de vida e de qualidade do meio ambiente.

Referindo-se aos recursos naturais, o documento recomenda que:

“Os recursos do mundo deviam ser utilizados de um modo que beneficiasse toda a humanidade e proporcionasse a todos a possibilidade de aumento de qualidade de vida. Assim. (...)mudanças significativas devem ocorrer em todas as nações do mundo para assegurar o tipo de desenvolvimento racional mudanças que serão direcionadas para uma distribuição equitativa dos recursos da Terra, a atender mais as necessidades dos povos.” (Calvo, 1994, p. 68)

Quanto à educação, o documento estabelece que:

“A reforma dos processos e sistemas educacionais e centrais para a constatação dessa nova ética de desenvolvimento e ordem econômica mundial. Governantes e planejadores podem ordenar mudanças, e novas abordagens de desenvolvimento podem melhorar as condições do mundo, mas tudo isso se constituirá em soluções de curto prazo se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isto vai requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre a escola e a comunidade, entre o sistema educacional e a sociedade.” (UNESCO, 1975, p. 11)

No plano metodológico, a educação ambiental é ainda encarada segundo uma perspectiva de equacionamento dos problemas locais e regionais, de forma a estimular o espírito crítico e facilitar uma crescente tomada de consciência dos mecanismos que estão em jogo nas situações problemáticas que afetam a vida. a fim de despertar o sentido de participação e a vontade de intervenção.

1.1.3. Conferência de Tbilisi

A institucionalização internacional da educação ambiental deu um passo significativo com a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada em 1977 na Geórgia.

Com base nos trabalhos de educação ambiental até então realizados, estabeleceu-se uma nova dimensão educativa e determinaram-se prioridades para a sua aplicação. Assim, o documento da UNESCO “A Educação Ambiental: as grandes Orientações da Conferência de Tbilisi” converteu-se em referência para os órgãos, pessoas e instituições preocupados e responsáveis pela educação ambiental, em nível regional, nacional e internacional. O documento produzido constitui-se num texto técnico onde são estabelecidas as finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental.

Segundo Calvo (1994, p. 12) nas recomendações de Tbilisi, a educação ambiental está vinculada à compreensão de três conceitos fundamentais: "aquisição de conhecimentos, novos padrões de conduta e interdependência"

De acordo com a UNESCO (1977), os três itens da Recomendação nº 1 do Documento que resumem esta visão estão assim enunciados:

“c) Um objetivo fundamental da educação ambiental é lograr que os indivíduos e a coletividade compreendam a natureza complexa do meio ambiente natural e do meio ambiente criado pelo homem, resultante da integração de seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, e adquiram os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar responsável e eficazmente na prevenção e solução dos problemas ambientais, e na gestão da questão da qualidade do meio ambiente.

d) O propósito fundamental da educação ambiental é também mostrar, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países podem ter consequências de alcance internacional. Neste sentido, a educação ambiental deveria contribuir para o desenvolvimento de um espírito de responsabilidade e de solidariedade entre os países e as regiões, como fundamento de uma nova ordem internacional que garanta a conservação e a melhoria do meio ambiente. (...)

f) Com esse propósito cabe a educação ambiental dar os conhecimentos necessários para interpretar os fenômenos complexos que configuram o meio ambiente, fomentar os valores éticos, econômicos e estéticos que constituem a base de uma autodisciplina favoreçam o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a preservação e melhoria desse meio ambiente, assim como uma ampla gama de habilidades práticas necessárias a concepção e aplicação de soluções eficazes aos problemas ambientais.” (UNESCO, 1977)

Segundo o enfoque adotado na Conferência de Tbilisi o meio ambiente é entendido como uma totalidade na qual se inserem os aspectos naturais, e a dimensão das atividades

humanas. Isso de certa forma pode ser visto como um avanço, embora o significado desta totalidade seja bastante difuso.

1.1.4. Conferência Rio'92

A Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992 e se constitui numa celebração de Estocolmo/1972. Teve como objetivo estabelecer acordos, estratégias globais e internacionais, partindo do princípio de que se respeitem "os interesses de todos e se proteja a integridade do sistema ambiental e o desenvolvimento mundial (Calvo, 1994).

Este evento representou também um processo pontuado por divergências e interesses contraditórios entre os países ricos e pobres. Cinco documentos foram aprovados, mas as questões mais polêmicas ainda persistiram. Ficou notória a falta de compromisso por parte dos chamados países do Norte que não assumiram responsabilidades diferenciadas quanto aos recursos financeiros para viabilizar o desenvolvimento sustentável.

Na Conferência do Rio, toma-se como ponto de partida a desigualdade que se agiganta no mundo atual, e que traz como consequência o agravamento da pobreza, das doenças, do analfabetismo e a continua paupenzação dos recursos naturais dos quais dependem o bem-estar da humanidade.

No que se refere à educação ambiental, o capítulo 36 da Agenda 21 (que recebe esse nome por tratar das estratégias ambientais mundiais para o próximo século) reafirmou as recomendações de Tbilisi ressaltando, entretanto, que ela deve dar ênfase ao desenvolvimento sustentável. O programa desenvolve-se sobre três grandes aspectos que se constituem então no novo marco institucional de ação da educação ambiental em escala mundial: a reorientação da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, o aumento da consciência popular e o fomento à capacitação.

“Do ponto de vista educativo, a Conferência parte da Declaração e recomendações de Tbilisi, mas supõe na prática uma reorientação também da educação ambiental como instrumento a serviço do desenvolvimento sustentável de um modo geral, o desenvolvimento sustentável seria aquele que atenderia às necessidades da população mundial no presente, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras, de acordo com a definição que lhe dá o Relatório Brundtland.” (Pádua, 2000, p. 51)

Nessa perspectiva, é lícito perguntar se a educação ambiental é um instrumento adequado para tal tarefa.

1.1.5. Da Conferência de Thessaloniki (1997) à Conferência de Paris (2015)

A Declaração de Thessaloniki trouxe várias recomendações, como exortar governos e líderes de todo o mundo para que honrassem os compromissos já assumidos durante a série de Conferências das Nações Unidas, e concedessem à educação os meios necessários para cumprir seu papel no alcance do futuro sustentável. Destaco ainda as seguintes recomendações da Declaração de Thessaloniki:

1) que governos e instituições financeiras internacionais, regionais e nacionais, bem como o setor produtivo, sejam encorajados a mobilizar recursos adicionais e aumentar os investimentos em educação e consciência pública;

2) que a comunidade científica atue para garantir conteúdo de qualidade e atualizado nos programas de educação e consciência pública;

3) que a mídia seja sensibilizada e convidada a mobilizar seu conhecimento e canais de distribuição para difundir mensagens-chaves, enquanto ajudam a traduzir a complexidade dos assuntos em informação significativa e compreensível ao público;

4) que as escolas sejam encorajadas a ajustar currículos às necessidades de um futuro sustentável;

5) que organizações não governamentais recebam adequado suporte financeiro e institucional para mobilizar pessoas em assuntos referentes ao meio ambiente e sustentabilidade, nas próprias comunidades e em níveis nacionais, regionais e internacionais;

6) que todos os atores – governos, grupos majoritários, comunidade educacional, sistema das Nações Unidas e outras organizações internacionais, instituições financeiras, dentre outros, – contribuam para a implementação do Capítulo 36 da Agenda 21 (Antunes, 2006).

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC), adotada durante a Conferência Rio-92, foi um passo importante dado pela comunidade internacional para atingir o objetivo de alcançar a estabilização das concentrações de GEEs na atmosfera em nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esta Convenção não determina como atingir este objetivo, mas estabelece mecanismos que possibilitem negociações em torno dos instrumentos necessários para que ele seja alcançado.

Assim, foi adotado, em Dezembro de 1997, o Protocolo de Quioto, que estabelece metas de redução de emissão de gases de efeito estufa e mecanismos adicionais de implementação para que estas metas sejam atingidas. As metas de redução são diferenciadas entre as Partes, em consonância com o princípio das responsabilidades comuns, porém

diferenciadas, adotado pela CQNUMC, e deverão ser atingidas no período compreendido entre 2008 e 2012 (Brasil. Senado Federal, 2004).

Um dos mecanismos propostos é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), o único que permite a participação de países em desenvolvimento em cooperação com países desenvolvidos. O objetivo final da redução das emissões pode ser atingido, assim, por meio da implementação de atividades de projetos nos países em desenvolvimento que resultem na redução das emissões de GEEs ou no aumento da remoção de CO₂, mediante investimentos em tecnologias mais eficientes, substituição de fontes de energia fósseis por renováveis, racionalização do uso da energia, florestamento e reflorestamento, entre outros.

Impulsionados pelas discussões e pelos resultados dessa Conferência, e seguindo a Agenda 21 Global, governo e sociedade deram início a um conjunto de ações de construção de Agendas 21, nos âmbitos nacional, regional e local. Pesquisa realizada pelo ICLEI, em 2002, revelou que 6400 governos locais, em 113 países, estiveram envolvidos em atividades relacionadas a Agenda 21 Local nos 10 anos anteriores (ICLEI, 2005).

A construção da Agenda 21 brasileira partiu do desencadeamento de um processo de planejamento participativo com a finalidade de analisar a situação atual do país para identificar potencialidades e fragilidades e, dessa forma, visualizar o desenvolvimento futuro de forma sustentável. Para isso, procurou abordar a realidade brasileira de forma multissetorial, a partir de diagnósticos setoriais elaborados por especialistas, apoiados por ampla participação de representantes de diferentes setores da sociedade de todas as regiões do país, inclusive com participação da área acadêmica (CPDS, 2000).

É importante destacar que a Agenda 21 brasileira explicita as grandes questões a serem enfrentadas e pactuadas entre governo e sociedade para atingir a sustentabilidade ambiental, econômica, social e institucional, apresentando diagnósticos e proposições. A ausência da proposição nesse documento de indicadores que componham um sistema de monitoramento e avaliação merece destaque para reflexão.

A Conferência de Paris de 2005, é marcada pelos graves problemas ambientais que cada vez mais marcam a realidade da vida em todos os países. O relatório afirma que caso não haja mudanças significativas nas relações físicas, econômicas e sociais observadas até então, a produção industrial e a população crescerão rapidamente para decrescer depois no decorrer do próximo século; a produção decrescerá devido à diminuição de recursos e a população, pela elevada taxa de mortalidade devido à diminuição dos alimentos e dos serviços médicos. (Barbieri, 2007)

O autor ressalta ainda que, mesmo com a duplicação dos recursos naturais, o colapso populacional não seria impedido, porque o elevado crescimento industrial decorrente da maior oferta de recursos elevaria o nível de poluição para além da capacidade de assimilação do meio ambiente, o que aumentaria a taxa de mortalidade e reduziria a produção de alimentos. Em todas as simulações apresentadas, sempre haverá crise de abastecimento decorrente do crescimento econômico, mesmo na hipótese de reservas ilimitadas de recursos obtidas com progresso técnico, controle de poluição e de natalidade.

Segundo Sorrentino, et al (2007), foram discutidas graves mudanças como o aumento das temperaturas e o conseqüente aumento do nível dos mares e oceanos, além do perigo da vulnerabilidade das comunidades humanas às doenças transmitidas por vetores, da redução da água doce, da perda de 20% a 30% da biodiversidade com a extinção de milhões de espécies de plantas e animais. Evidências das mudanças climáticas geradas pela ação humana e previsão de um cenário de catástrofe ambiental, se medidas mitigadoras de seus efeitos não forem adotadas com urgência.

1.2. Discussão acerca da definição de educação ambiental

Diante do surgimento de novos paradigmas científicos, do processo de globalização, de macro problemas ambientais, da orientação da nova LDB, quanto à inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, a educação brasileira encontra-se frente a uma crise, quanto aos seus objetivos e sua função e, particularmente no que concerne à formação de professores e à capacitação de educadores ambientais.

Para a nova Lei da Educação nº 9.394/96, promulgada em dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, não há qualquer menção específica sobre o termo Educação Ambiental. Porém no artigo 26º, aborda algo apenas sobre currículos e ressalta a necessidade do conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política. Já o artigo 32º concerne aos objetivos e destaca a "compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores presentes na sociedade", apenas como uma referência e não específica, à temática Educação Ambiental.

Segundo a referida lei, se deve incentivar também o trabalho de pesquisa e desenvolver o entendimento do homem e do meio em que se vive. Procura-se desse modo, contemplar o ambiente de vida do educando como espaço para ser discutido o processo de aprendizado, incorporando-o ao conhecimento sistematizado e representado pelas disciplinas.

Porém, para Loureiro (2000), a ausência ou a forma vaga e dispersa da lei quanto à temática, cada vez mais importante na atualidade, não é exclusividade da Educação Ambiental, pois o texto da LDB apresenta um conteúdo esvaziado, um texto inócuo e genérico nos mais variados aspectos.

É com esses princípios e nesse contexto histórico que a educação Ambiental, tem buscado se exercer, no que refere Loureiro (2000, p. 168) “Em um país como o Brasil, multicultural, é necessária a construção de propostas curriculares, no plural. Propostas que vão ao encontro de diferenças étnicas, de sexo, de classe social ou cultural”.

No entanto conceituar educação Ambiental é complexo, abstrato e dificilmente compartilhado. Tal indefinição deriva de duas ordens de dificuldades: a primeira vinculada à inerente amplitude da problemática ambiental e a segunda do enfoque interdisciplinar com que se é obrigado a olhar a necessária interação entre ciências naturais e as sociais envolvidas na análise de tal problemática.

Nota-se que as diversas definições, variam de acordo com a informação e a experiência profissional de quem formulou os conceitos, ou seja, um biólogo ou ecólogo enfatiza o ambiente biológico, o sociólogo enfatiza o ambiente humano e o geógrafo o ambiente físico e social.

Observa-se que não é fácil uma definição que atenda a tantas diversidades. A partir dessa ideia Cavalcanti ressalta:

“Se o meio ambiente como já vimos, já foi natureza, depois meio, e hoje é meio ambiente; se o conceito foi incorporado as diversas abrangências em sua relação dialética com diferentes realidades sociais, biofísicas, culturais e econômicas, importa estar aberto às diferentes conceituações.” (Cavalcanti, 1999, p. 393)

Entretanto, o que se chama de natureza ou meio ambiente é o conjunto de elementos vivos e não-vivos que constituem o planeta Terra. Todos esses elementos relacionam-se influenciando e sofrendo influência entre si, em um equilíbrio dinâmico.

Esse dinâmico equilíbrio indica uma constante mutação, como resultado da dialética e das relações entre os grupos sociais e o meio natural construído, implicando em um processo de criação permanente, que estabelece e caracteriza culturas em tempo e espaços específicos.

No entanto, essas definições indicam que não existe um consenso sobre meio ambiente no que afirma Lima Apud Guimarães (1995):

“A Educação Ambiental exige uma postura crítica e um corpo produzido de conhecimentos a partir de uma reflexão sobre a realidade vivenciada. Sendo uma proposta essencialmente comunitária, materializa-se através de uma prática cujo objetivo maior é a promoção de um comportamento adequado à proteção ambiental. Comporta uma concepção desaliente, porquanto pressupõe ações voltadas para o surgimento de novos valores, onde a participação é um princípio fundamental.” (Lima, apud Guimarães, 1995, p. 23)

Neste sentido, a participação e a democracia são condição e meta fundamental, que permite a todos proporem alternativas e soluções. A Educação ambiental não deve se preocupar em transmitir conhecimentos, mas sim produzir conhecimentos, considerando que não aprendemos do outro, mas com o outro, criando com ele.

Essa postura da humanidade diante da natureza provoca e decorre de uma visão de mundo e de sentimento que estão presentes nas relações de classe dentro de uma sociedade.

O enfoque está centrado, em uma característica principal, o ser humano, vivente neste planeta, o ator principal da história planetária em que apenas o seu destino é que conta. A Educação Ambiental centra o seu enfoque no equilíbrio do meio ambiente, em que a vida é percebida em seu sentido pleno de interdependência de todos os elementos da natureza. Os seres humanos e demais seres estão em parcerias que perpetuam a vida. Como ressalta Guimarães (1995 p. 14), “não é entender que a vida de cada ser é absoluta, pois no sentido pleno da vida, a morte está incluída e presente no equilíbrio do ambiente”.

A situação ambiental em todo o mundo, assim como no Brasil, já se tornou categórica a necessidade de implementar a Educação Ambiental para novas gerações em idade de formação de valores e atitudes, como também para a população em geral, pela emergência da situação em que nos encontramos.

A dificuldade em realizá-la com essas características é, no entanto, muito grande. Numa situação educacional onde milhares de crianças não vão à escola, onde muitas não concluem a educação mínima obrigatória (pré-modernidade), onde uma grande parcela da elite cultural é formada segundo ideias liberais (modernidade), como realizar uma educação criativa, política e ambiental local e planetária? Neste contexto, muitos estudos, ações e até mesmo leis ambientais, empregam-se termos que indicam formas "cuidadasas" de se lidar com o meio ambiente, como proteção, conservação, preservação, recuperação e reabilitação.

Em oposição a estes termos, emprega-se especialmente o termo "degradação ambiental", que engloba uma ou várias formas de destruição, poluição ou contaminação do meio ambiente.

Diante da pluralidade de termos e de alguma forma de possibilidades de análise, nossa postura constitui em não julgar o material em si, mas a sua capacidade de estabelecer direcionamentos segundo os objetivos de uma Educação Ambiental que possa produzir mudanças, de acordo com a nossa concepção.

Com o confronto inevitável entre o modelo de desenvolvimento econômico vigente, que valoriza o aumento de riqueza em detrimento da conservação dos recursos naturais e a necessidade vital de conservação do meio ambiente, surge a discussão sobre como promover o desenvolvimento de forma a gerar o crescimento econômico, mas explorando os recursos naturais de forma racional e não predatória.

Entretanto, o meio ambiente como um fenômeno sócio ambiental lança a questão ambiental na esfera política, entendida como esfera pública das decisões comuns. A partir de sua inserção concreta na defesa e disputa pelos bens ambientais, muitas lutas adquirem uma dimensão pedagógica, na medida em que instituem espaços efetivos de questionamentos, encontro, confronto e negociação entre projetos políticos, universos culturais e interesses sociais diferentes.

Contudo, as causas primeiras do uso incorreto dos recursos naturais, estão no desconhecimento dos efeitos colaterais danosos de um uso intensivo e errôneo desses recursos, enfatizando assim a dimensão da falta de conhecimento ecológico aplicado na atividade produtiva do ser humano, a falta de conhecimento de tecnologias modernas que permitam a adequação, ou mesmo a intensificação do ritmo produtivo.

Observa-se que para algumas pessoas, a maior parte dos problemas atuais, decorrentes do modelo de desenvolvimento, economia e sociedade, pode ser resolvida pela comunidade científica. Confiam na capacidade de que os mesmos possam produzir soluções tecnológicas e econômicas a cada etapa, em resposta a cada problema que surge, permanecendo basicamente no mesmo paradigma civilizatório dos últimos séculos.

No entanto, isso, sob um ponto de vista dialético, não significa que se tenha o controle total da natureza, uma vez que, se somos parte dela, jamais terá condições de dominá-la em sentido pleno de subjugação. Além do mais, é inimaginável conceber que a humanidade tenha conhecimento absoluto do que ocorre na natureza, situação esta que seria básica para se falar em dominação total. A compreensão de domínio deve ser relativizada e explicitada, segundo o padrão societário vigente. Em outras palavras, é preciso entender que a humanidade não domina a natureza, mas interage com ela e nela.

É preocupante, a forma como os recursos naturais e culturais brasileiros vêm sendo tratados. Poucos conhecem ou dão valor ao conhecimento do ambiente específico em que atuam. Além disso, a degradação dos ambientes intensamente urbanizados nos quais se insere a maior parte da população brasileira também é razão de ser deste tema.

A fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida de grande parte da população são fatores que estão fortemente relacionados as consequências, ao modelo de desenvolvimento e suas implicações sociais por falta de uma Educação Ambiental conscientizadora.

A discussão relativa ao tipo e padrão de consciência também obedece à mesma lógica de raciocínio, exposta anteriormente. Na medida em que entendemos que o exercício da ecocidadania está debilitado, o nível de consciência também está. E essa constatação pode ser facilmente observada na prática, por meio de exemplos.

Em termos de processo educativo formal, apesar de possuímos o maior índice de escolaridade e a maior concentração de profissionais com formação superior do país, encontramos frequentemente casos de irresponsabilidade ambiental e descaso com o espaço público (lixo nas ruas, depredação dos bens culturais arquitetônicos, serviços de saúde e de educação sucateados, dentre outros).

1.3. Educação Ambiental no Brasil: caminhos e descaminhos

Este capítulo tem por objetivo analisar a teoria social crítica da questão ambiental, apresentado em seu bojo elementos para a reflexão da prática educativa no Brasil, com o intuito de subsidiar educandos e educadores no processo de construção da Educação Ambiental e apontar caminhos e descaminhos, na consolidação da cidadania plena e ecológica.

Os enfoques aqui relacionados irão nos possibilitar a inserção de uma nova ética e seus desdobramentos na vida diária, enfatizando os PCNs, a escola como principal formadora de valores; atitudes; através do ensino / aprendizagem e de habilidades; o educador como importante mediador nesse processo de desenvolvimento da consciência crítica de seus educandos diante da realidade.

A importância desta pesquisa é buscar a participação da comunidade no ensino da Educação Ambiental visando o envolvimento da escola com o ambiente, o estabelecimento de laços com instituições, órgãos de governo, universidades, organizações não governamentais,

empresas e centros culturais, possibilitando um rico aprendizado, visto que a aprendizagem consciente *in loco* da Educação Ambiental é parte integrante do ensino.

Por força de sua origem, a Educação Ambiental não foi incorporada oficialmente pelos sistemas de ensino como política pública, da mesma forma como ocorreu no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente, este sistema de ensino foi paulatinamente absorvendo a prática da Educação Ambiental em parceria com os órgãos governamentais e não governamentais dedicados ao meio ambiente.

1.3.1. Política Nacional de Educação Ambiental

Atualmente a humanidade atravessa uma crise socioambiental, consubstanciada no sistema capitalista o qual alimenta-se do consumismo exacerbado de uma sociedade que usa ilimitadamente os recursos naturais. Tal fato é reflexo de uma falsa percepção do meio ambiente, onde capital natural é considerado infundável e que o ser humano não é parte integrante da natureza.

No Brasil, a ameaça à biodiversidade está presente em todos os biomas, em decorrência, principalmente, do desenvolvimento desordenado de atividades produtivas. A degradação do solo, a poluição atmosférica e a contaminação dos recursos hídricos são alguns dos efeitos nocivos observados. Na maioria dos centros urbanos, os resíduos sólidos ainda são depositados em lixões, a céu aberto.

Associa-se a isso um quadro de exclusão social e elevado nível de pobreza da população. Muitas pessoas vivem em áreas de risco, como encostas, margens parcela dos brasileiros tem uma percepção “naturalizada” do meio ambiente, excluindo homens, mulheres, cidades e favelas desse conceito.

A Educação Ambiental trabalhada numa perspectiva sócio-crítica consubstanciada no paradigma sistêmico, na ética do cuidado, e nos princípios de corresponsabilidade, autonomia, emancipação e solidariedade constitui importante instrumento de transformação social (Silva et al., 2012). Ainda de acordo com Silva et al. (2012), a Educação Ambiental reacende o fogo da esperança e dissipa o calor da mudança.

Em virtude da imensurável importância da sua implementação, a Educação Ambiental ganhou espaço na legislação ambiental brasileira. A temática é tratada com maior evidência pela Constituição Federal de 1988, Política Nacional do Meio Ambiente-PNMA (Lei 6938/81), e Política Nacional de Educação Ambiental- PNEA (Lei 9795/99).

“A Constituição Federal de 1988 externa sobre a Educação Ambiental em seu art. 225, inciso VI, quando aludi ser dever do Poder Público na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.” (Brasil, 1988, p. 43).

No mesmo sentido, a Lei 6938/81 traz como um dos seus princípios a implementação da Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Segundo a Lei 9795/99 entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

Neste contexto, a Educação Ambiental aparece como uma ferramenta importantíssima para a mudança de percepção social. Abreu e Moraes (2009) exteriorizam que a Educação Ambiental pode ser indicada como um dos possíveis instrumentos interdisciplinar capaz de capacitar e ao mesmo tempo sensibilizar a população em geral acerca dos problemas ambientais, nos quais se deparam a humanidade atualmente.

Nos moldes em que a sociedade está organizada é de suma importância que os princípios da educação ambiental adentre às escolas, pois este é o ambiente onde os novos cidadãos são construídos. É de extrema necessidade que a Educação Ambiental cheque até as escolas e quebre paradigmas na busca de uma nova consciência ambiental.

Silva e Leite (2008) externam que não haverá sustentabilidade, na ausência de Educação Ambiental e sem mudanças nos contextos educacionais predominantes na sociedade atual.

A Política Nacional de Educação Ambiental, instituída no Brasil pela Lei 9795/99, corresponde importante norma no corpo legislativo ambiental brasileiro. Por meio desta norma a Educação Ambiental ganhou espaço nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, mostrando que o enfoque ambiental merece grande atenção nas rotinas pedagógicas. A Educação Ambiental trabalhada de forma transversal, foi a grande inovação da Lei 9795/99.

A transversalidade permite que professor trabalhe a temática ambiental paralela aos assuntos abordados em sala de aula. Isto faz com que os problemas ambientais sejam abordados por vários saberes mostrando o caráter multidisciplinar da Educação Ambiental.

1.3.2. Diretrizes curriculares para a Educação Ambiental

A Educação ambiental amplia cada vez mais seu espaço nos sistemas de ensino, mesmo que timidamente, em decorrência da importância dada a temática ambiental pela sociedade, ao destaque que os temas transversais adquiriram com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que incluem o meio ambiente como um dos temas transversais, e a promulgação da Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Na referida Lei, a promoção da Educação Ambiental é colocada como obrigação legal de responsabilidade de todos os setores da sociedade, do ensino formal e do informal. Consequentemente, determina que os sistemas de ensino têm obrigação legal de promover oficialmente a prática da Educação Ambiental..

O texto dos PCNs, reitera que o ensino de Educação Ambiental deve considerar as esferas local e global, favorecendo tanto a compreensão dos problemas ambientais em termos macros (político, econômico, social e cultural) como em termos regionais. Desse modo, os conteúdos de Educação Ambiental, a partir de uma relação de transversalidade, de modo a impregnar a prática educativa exigindo do educador uma pré-adaptação dos conteúdos abordados na sua disciplina, o que condiz com resoluções do Conselho Federal de Educação, de conferências nacionais e internacionais, que reconhecem a Educação ambiental como uma temática a ser inserida no currículo de modo diferenciado, não se configurando como uma nova disciplina.

Os PCNs estabelecem a necessidade de reformulação do projeto pedagógico de cada escola, no sentido de superar a fragmentação do saber, passando a integrar nos temas transversais, visto que, o trabalho da escola e dos educandos, devem ser desenvolvidos para ajudá-los a construir uma consciência global das questões relativas ao meio, e neste sentido, as situações de ensino devem se organizar de forma a propiciar oportunidades para um conhecimento e compreensão de sua realidade e atuar sobre ela.

A opção pelo trabalho com o tema “Meio Ambiente”, traz a necessidade de aquisição de conhecimento e informação por parte da escola para que possa desenvolver um trabalho adequado junto aos alunos. Isso não significa dizer que os educadores deverão “saber tudo” para que possam desenvolver um trabalho junto dos alunos, mas que deverão se dispor a aprender sobre o assunto e, mais do que isso, transmitir aos seus alunos a noção de que o processo de construção e de produção do conhecimento é constante.

Para isso, é importante que os educandos atribuam significados, ou seja, aquilo que aprenderam sobre o meio ambiente. São esses os resultados da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, dando a possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também utilizar o conhecimento em outras situações. Neste sentido, as instituições de ensino devem se organizar de forma a proporcionar oportunidades para que o aluno possa utilizar o conhecimento sobre o meio ambiente.

Para tanto o educador tem como tarefa importante, favorecer ao educando o reconhecimento de fatores que produzam real bem-estar e ajudá-lo a desenvolver um espírito de crítica às induções, ao consumismo e o senso de responsabilidade e solidariedade no uso dos bens comuns e recursos naturais, de modo a respeitar o ambiente e as pessoas de sua comunidade.

Observa-se, no entanto, que o convívio escolar será um fator determinante para a aprendizagem de valores e atitudes. Considerando a escola como um dos ambientes mais imediatos do educando, a compreensão das questões ambientais e as atitudes em relação a elas se darão a partir do próprio cotidiano da vida escolar do educando.

“A aprendizagem de procedimentos adequados e acessíveis é indispensável para o desenvolvimento das capacidades ligadas à participação, à responsabilidade e à solidariedade. Além desses procedimentos, o educador poderá identificar outros procedimentos importantes de serem trabalhados com os educandos diante de seus interesses e necessidades, como afirma em Educação Ambiental é preciso que o educador trabalhe intensamente a integração entre ser humano e ambiente e se conscientize de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela. É bem provável que esse trabalho, assim como diversos conceitos não sejam de domínio nem do próprio educador, já que esses assuntos são, de certa forma, novos na escola.” (Guimarães, 1994, p. 30).

À priorifica a cargo do educador o seu interesse e o direito de procurar ajuda na comunidade, na direção da escola, nos livros, com colegas, etc., discutindo com os educandos as informações obtidas e mostrando-lhes, assim que o conhecimento é permanente e contínuo, e que um dos atributos mais importantes da espécie humana é a curiosidade, a eterna condição de aprendiz.

O desenvolvimento do tema “Meio Ambiente” exige clareza sobre as prioridades a serem eleitas. Para tanto, é necessário levar em consideração o contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual se insere a escola. A realidade de uma escola em região metropolitana, por exemplo, implica exigências diferentes daquelas de uma escola da zona rural. Os elementos da cultura local, sua história e seus costumes irão determinar diferenças no trabalho em cada escola.

A convivência democrática, as promoções de atividades que vise o bem-estar da comunidade escolar com a participação dos educandos são fatores fundamentais na construção da identidade desses educandos como cidadãos.

Assim a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende, para que possa, de fato, contribuir para a formação de cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente, e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele. Por outro lado, cabe à escola também garantir meios para que os alunos possam por em prática sua capacidade de contribuição. O fornecimento de informações, a explicação das regras e normas da escola, a promoção de atividades que possibilitem uma participação concreta dos educandos, são condições para a construção de um ambiente democrático.

A escola como uma instituição social com poder e possibilidade de intervenção na realidade, deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade, incorporando-as à sua prática.

Algumas questões bem palpáveis, no entanto, poderiam ser pensadas e analisadas no âmbito escolar, num belo exercício de cidadania, levando os educadores e educandos a uma participação maior na comunidade onde vivem e atuam de acordo com o padrão referencial de currículo. Então caberá ao educador transformar cada uma das questões em trabalho.

As diferentes disciplinas do currículo escolar podem extrair de cada questão seus interesses particulares, a partir de um raciocínio que é comum a todas. Educadores de várias disciplinas poderão trabalhar juntos, cada qual explorando seu enfoque e sua potencialidade acadêmica.

Para que se tenha apenas uma ideia, sempre que se lida com problemas ambientais, os enfoques podem (e devem) ser múltiplos e cada educador, em sua disciplina pode ter uma abordagem diferente do mesmo problema, no que refere Reigota que:

“A Educação ambiental está muito ligada ao método interdisciplinar. Esse método, no entanto, é compreendido e aplicado das mais diversas formas. Normalmente, ele é empregado quando professores de diferentes disciplinas realizam atividades comuns sobre um mesmo tema.” (Reigota 1996, p. 39)

Tendo em vista a complexidade de compreensão do objeto que envolve a Educação Ambiental, busca-se encontrar o ponto de partida para o caminho mais indicado à compreensão de fatos e situações provocadas pela própria determinação antropocêntrica.

No entanto, a Educação Ambiental deve estar atenta à origem dos problemas, ou seja, deve promover a compreensão do atual modelo de desenvolvimento e as questões que

estão enraizadas neste, sustentando a desigualdade social, impacto ambiental e a desqualificação da Educação no que trata da formação de valores e princípios éticos ao ser humano.

Para tanto o ambiente está em processo contínuo e dinâmico de transformação resultante dos fenômenos naturais. Para formular uma proposta de Educação Ambiental, é preciso que esta contemple tais transformações, considerando os diferentes grupos sociais, a forma com que se apropriam dos recursos naturais, cuja determinação compreende fatores históricos, econômicos e culturais no que afirma Loureiro (2008, p. 158):

“A Educação Ambiental surge no cenário como uma área a ser implementada, tendo em vista a crescente conscientização sobre a problemática ambiental, do qual é vitimado todo o planejamento, sem distinção entre países ricos ou pobres.”
(Loureiro, 2008, p. 158)

Há que se atentar da necessidade e urgência de formação de educadores ambientais, decorrem inclusive da crescente consciência dos problemas ambientais e da importância de os sistemas educacionais buscarem soluções imediatas para essa situação.

Cabe destacar que a formação de educadores ambientais implica uma reformulação metodológica, conceitual e curricular, ou ainda, um novo tipo de docente. Esse educador deve assumir o conhecimento enquanto um processo dialético resultante da interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, dimensão afetiva, a visão da complexidade, a contextualização dos problemas ambientais.

Quanto à metodologia de ensino deve recorrer ao conflito cognitivo, visando a reconstrução conceitual. O simples transplante de procedimentos “tradicionais” seria uma contradição e uma visão equivocada da Educação Ambiental. Portanto é que devemos estar em sintonia com os pressupostos da Educação Ambiental, como interdisciplinaridade, visão holística, participação, contextualização e conceito pluridimensional do meio ambiente, promovendo assim melhor qualidade de vida e repensando a relação entre a sociedade e a natureza.

Aqui se evidencia o papel da educação orientada para o ambiental. É nesse ponto polêmico que se inscreve o espaço privilegiado de uma educação comprometida, entendida como intervenção político-pedagógica que tem como ideário e afirmação de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa.

Em contrapartida a escola vem restringindo sua prática de Educação Ambiental a projetos temáticos desarticulados do currículo e das possibilidades de diálogo da área de conhecimento com a temática. Muitas vezes são campanhas isoladas ou ações efêmeras em

datas comemorativas, iniciativas de alguns educadores interessados, que acabam por desenvolvê-las de forma extracurricular, ou então são projetos descontextualizados ou que se concentram em aspectos puramente ecológicos, deixando de lado os fatores culturais, políticos, econômicos e sociais que são parte integrante da temática ambiental.

Poucas vezes são pensados a partir das potencialidades das regiões em que a escola está inserida. Observa-se que alguns educadores sem qualificação alguma em relação ao meio ambiente, organizam-se a favor de uma ordem geral, e de um bem público, dizem que não sabem por onde começar e, pela natureza de suas disciplinas, pelo que adquiriram em suas escolas de formação, não se acham capacitados porque lhes falta um conhecimento básico da situação.

Preocupados em vencer um programa tradicional, são capazes de escorregar na frente da escola em dia chuvoso, sem aproveitar a chance de discutir as razões da formação daquele barro todo, sem qualquer vegetação que proteja o solo e evite a erosão. Outros, ainda ocupados em elaborar provas bem difíceis, o que não deixa de ser uma demonstração bem eficiente dos seus próprios conhecimentos desarticulados com a realidade ambiental.

Na mesma ética, essa discussão tem envolvido educadores, especialistas e lideranças ambientalistas de várias partes do Brasil nos últimos anos. Os que defendem a Educação Ambiental como disciplina, que passe a integrar o currículo escolar, argumentam que como matéria específica, as temáticas ambientais teriam um espaço próprio para serem trabalhadas.

Por outro lado, aqueles que sugerem a Educação Ambiental como uma articulação interdisciplinar, afirmam que uma matéria isolada não teria sua importância devida, uma vez que não estaria entre as disciplinas consideradas essenciais nas escolas. É válido ressaltar que da natureza não fazem parte apenas as plantas, os animais das matas e as espécies aquáticas dos rios. Do meio natural também fazem parte, dentre outros, os insetos e microrganismos, o ar e as águas dos canais pluviais do ambiente urbano e o próprio homem. Em razão disso, a Educação Ambiental não pode ficar restrita às “quatro paredes” das escolas. Assim educadores e educandos devem levar as temáticas ambientais para o conhecimento da comunidade e procurar interferir na solução de problemas ecológicos locais.

Porém a alienação é um dos fatores que resulta no afastamento da natureza, não como totalidade fixa e imutável, mas como realidade que se modifica ao longo da história. Logo a “desarmonia” vivenciada no mundo contemporâneo é o resultado de relações sociais determinadas no capitalismo e não um problema de ordem psicológica ou existencial.

Para tanto Loureiro (1997) destaca que, no Brasil, a produção acadêmica crítica se apresenta marginal. Todavia, partimos do pressuposto que é necessário o seu resgate, no conjunto dos movimentos que constituem o ambientalismo, para buscar e evidenciar as contradições entre capitalismo e ambientalismo, e orientar seus esforços para a definição de estratégias que atuem no sentido da democratização e modificação da estrutura social vigente.

No entanto, cabe acrescentar que a generalização da humanidade como perversa, possibilita uso ideológico da questão ambiental, tirando o foco de análise da estrutura das sociedades e colocando a responsabilidade exclusivamente no indivíduo e numa tendência humana instintiva de destruição.

É por isso, ressalta Loureiro (2000), que os programas ambientais com componentes educativos e de ação comunitária, governamentais ou não governamentais, tendem a trabalhar exclusivamente o aspecto comportamental e moral.

Contudo, o processo educativo tem um papel preponderante nessa mudança, mas, infelizmente, alguns países, que possuem o potencial de mudanças, são os que mais sofrem consequências da debilidade de um sistema de ensino pouco consistente, pois está voltado para o conhecimento e para a transformação das contradições da sociedade mundial.

O mesmo acontece com relação à Educação Ambiental visto que, desenvolve-se de maneira formal nas escolas, ou através de campanhas com ousos dos meios de comunicação de massa, ela representa um aspecto não atendido pela Educação, que necessita, pelos resultados alarmantes diagnosticados, de ações emergenciais que busquem uma mudança efetiva de atitude do homem com relação ao seu meio.

Pensa-se que a Educação Ambiental faz parte do contexto amplo da própria Educação, devendo ser abordada e trabalhada em suas multifacetadas em todos os níveis de ensino, em todas as disciplinas com diferentes abordagens quanto a sua abrangência e complexidade, envolvendo técnicos e profissionais ligados a diferentes áreas de conhecimento. Assim, sua dinâmica e metodologia deverá valer-se de pressupostos teóricos da própria educação, priorizando uma relação dialógica, contextualizada com os problemas sociais emergentes das regiões, construída a partir da realidade de cada grupo social.

Para tanto, pesquisa participante, planejamento cooperativo, interdisciplinaridade e avaliação continuada são as palavras chave do desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental, estabelecendo relações entre o conhecimento acadêmico e a cultura popular, entre a teoria e a prática, entre o ambiental e o social, buscando inserir na própria cultura as ideias de uma nova relação homem/natureza.

Observa-se então que, esta parece ser a linha de demarcação entre a Educação Geral e a Educação Ambiental, a saber, a ênfase no relacionamento do homem com o meio ambiente global do qual é parte integrante. Se esta avaliação é verdadeira, a Educação Ambiental terá de se preocupar, com a transmissão e assimilação de conhecimentos adequados acerca do meio ambiente, com o desenvolvimento de valores sociais, com o estímulo para a ação responsável de cada cidadão, mas com vistas à mobilização social necessária para controlar o poder político e o poder econômico, o primeiro, muitas vezes permissivo, e o segundo, quase sempre interessado apenas no lucro em curto prazo e a qualquer preço.

Dentro deste quadro de referência, parece ficar mais fácil decidir sobre o que pode ser objeto da Educação Ambiental, sem correr o risco de aplicar tal rótulo a qualquer tipo de atividade. Isto significa dizer que um assunto ou uma atividade qualquer, a construção de estradas, por exemplo, passam a ser preocupação da Educação Ambiental, não em primeiro lugar, porque ela estreita o caminho entre as pessoas, mas porque pode causar impacto ao meio ambiente.

Contudo, Kennedy apud Dias (1999, p. 128) refere que: As forças das mudanças que ocorrerão em breve no mundo serão tão complexas, profundas e interativas que exigirão a reeducação da humanidade. Vê-se, assim, que a Educação Ambiental que se preconiza nesta pesquisa não pode ser imposto ao cidadão, como numa prática de cooptação da sociedade para que se adapte à vontade dos órgãos do Estado ou do poder econômico, mas deve realizar-se com a participação democrática da população. Não se trata, portanto, de uma educação para a sociedade, mas com a comunidade, até porque na situação ensino/aprendizagem adequadamente estruturada, a pessoa é sujeito e não objeto da ação educativa.

Para tanto, a Educação Ambiental é uma opção de vida, e desta forma, não há como pensar em meio ambiente desvinculada de valores tais como; cooperação, solidariedade, respeito mútuo, responsabilidade individual e coletiva, participação, comprometimento, a coletividade. Ao estimular estes valores, a escola deverá propiciar condições para o educando aguçar o espírito crítico, a capacidade de fundamentar suas escolhas, a entender e superar suas limitações e possibilidades de ações e, principalmente, a compreender que atitudes isoladas e individualistas não se sustentam. No entanto, pensa-se que uma consciência voltada para a defesa da qualidade de vida e preservação do meio ambiente poderá atuar de forma significativa para uma mudança de comportamento para a amenização dessas diferenças e desequilíbrios gerados por essa realidade.

1.3.3. Educação Ambiental e Cidadania

Nossas idéias ou conceitos organizam o mundo, tornando-o inteligível e familiar. São como lentes que nos fazem ver isso e não aquilo e nos guiam em meio à enorme complexidade e imprevisibilidade da vida. Acontece que, quando usamos óculos por muito tempo, a lente acaba fazendo parte da nossa visão a ponto de esquecermos que ela continua lá, entre nós e o que vemos, entre os olhos e a paisagem. Nossos conceitos são assim como lentes em nossa visão da realidade.

Tão habituados ficamos com os nomes e as imagens por meio das quais nos acostumamos a pensar as coisas do mundo, que esquecemos que esses conceitos não são a única tradução do mundo, mas apenas modos de recortá-lo, enquadrá-lo e, assim, tentar compreendê-lo, deixando sempre algo de fora ou que pode ser recortado por outro ângulo, apreendido por outro conceito. Os conceitos não esgotam o mundo, não abarcam nunca a totalidade do real. Essa situação está bem retratada, por exemplo, nos quadros do pintor René Magritte em sua série “*A condição humana*”, como refere Carvalho (2008).

Somos, de certa forma, reféns das nossas visões ou conceitos, ângulos sempre parciais que usamos para acessar o mundo. O personagem de um antigo desenho animado dos anos 70, Mister Magoo, era um homem muito míope que vivia aventuras incríveis decorrentes dos enganos causados por sua visão. A graça do desenho animado era justamente nos equívocos resultantes da interpretação de Mister Magoo às situações apresentadas na história e de como essa interpretação variava muito mais segundo suas expectativas do que segundo os elementos objetivos das situações.

A imprecisão da visão, tomada em sentido figurado, pode ser metáfora da condição humana de nunca ver tudo, da inexistência da completa objetividade, pois de outro modo não haveria nada a mais para fazer senão ser um observador do que se revela em sua total transparência. Justamente porque não temos essa visão final e permanente das coisas, estamos sempre compelidos a rever, ou seja, interpretar os sinais que despontam do real, sem nunca esgotá-lo em uma palavra ou imagem final e incontestável.

Assim, um bom exercício para renovar nossa visão do mundo é, às vezes, trocar as lentes, para ver as paisagens com os olhos diferentes. Isso significa “desnaturalizar” os modos de ver que tínhamos como óbvios. Podemos fazer isso questionando conceitos já estabilizados em muitos campos da experiência humana, criando, dessa maneira, espaços para novos aprendizados e para a renovação de alguns de nossos pressupostos de vida.

Quando falamos em meio ambiente, muito frequentemente essa noção logo evoca as idéias de “natureza”, “vida Biológica”, “vida selvagem”, “flora e fauna”. Tal percepção é reafirmada em programas de TV como os tão conhecidos documentários de Jacques Cousteau ou da National Geographic e em tantos outros sobre a vida selvagem que moldaram nosso imaginário acerca da natureza. Até hoje esse tipo de documentário serve de modelo para muitos programas ecológicos que formam as representações de meio ambiente pela mídia. (Carvalho, 2008)

Essas imagens de natureza não são como pretendem se apresentar, um retrato objetivo e neutro, um espelho do mundo natural, mas traduzem certa visão de natureza que termina influenciando bastante o conceito de meio ambiente disseminado no conjunto da sociedade. Essa visão “naturalizada” tende a ver a natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas, o qual segue vivendo como autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano. Quando essa interação é focada, a presença humana amiúde aparece como problemática e nefasta para a natureza.

A questão é: quais expectativas e valores sócio-históricos estão contidos nessa construção sobre a natureza? Afinal, essa não é a única maneira de pensá-la, embora tenhamos de reconhecer que tal representação está fortemente inscrita em nosso ideário ambiental. Para situar essa concepção, podemos dizer que se filia a uma visão aqui denominada naturalista. Esta baseia-se principalmente na percepção da natureza como fenômeno estritamente biológico, autônomo, alimentado a idéia de que há um mundo natural constituído em oposição ao mundo humano. A “natureza do naturalismo” é aquilo que deveria permanecer fora do alcance do ser humano. Tal visão tem expressão, por exemplo, nas orientações conservacionistas, que se dedicam a proteger a natureza das interferências humanas, entendidas sempre como ameaçadoras à integridade daquela.

“O que ocorre é que essas idéias sobre a natureza não são “naturais”, como buscaremos demonstrar ao longo deste livro, mas apenas uma maneira, entre outras, de entender as coisas. Podemos usar outras lentes, que nos vão proporcionar outras visões. Nesse sentido, adiantamos ao leitor que nossa lente vai procurar captar a questão por outro ângulo: o socioambiental. Nesse ponto de vista, a natureza e os humanos, bem como a sociedade e o ambiente, estabelecem uma relação de mútua interação e co-pertença, formando um único mundo. Essa lente vai-nos possibilitar, entre outras coisas, repensar a idéia de evolução, percebendo-a como a interação entre a natureza e a ação das espécies que vão surgindo, particularmente a humana. A esse processo interativo os ecologistas chamam coevolução. Assim, observa-se que, em muitos dos ambientes naturais considerados “incontactos”, possível reconhecer vestígios das trocas e transformações geradas pela presença humana, a qual, com suas interferências,

pode ter aumentado o nível de troca e a biodiversidade.” (Stone e Barlow, 2006, p. 216)

Ao se referir à destruição ambiental, o que chama bastante atenção é sobre o atual estágio de desenvolvimento das relações sociais entre os seres humanos, pois elas refletem sobre a maneira como tratamos a natureza.

Sorrentino (1998), fala que há um desconhecimento sobre os impactos da ação humana no ambiente. A poluição, o desperdício de recursos naturais e energéticos, a queimada de matas, são atos dos homens que se repetem no curso de nossa história.

Sendo assim a destruição não é um ato isolado, e sim um reflexo das relações culturais, sociais e tecnológicas de sua sociedade. Neste enfoque a educação ambiental deve incentivar a ação transformadora, que incentive a participação nos centros de decisões e direito à cidadania. É também importante conhecer mais sobre os problemas ambientais, buscando uma mudança no comportamento das pessoas (Leff, 2001).

É de muita importância cita sobre a educação ambiental e cultura, no entanto Berna (2001), questiona como a maioria das pessoas serão incentivadas a defender o patrimônio natural, se elas se encontram desprovidas de identidade cultural, devido ao modelo de desenvolvimento instalado no país.

As pessoas ao migrarem de um local para o outro, perdem sua identidade cultural, e sem ela as pessoas não se sentem donas dos espaços coletivos e do lugar onde vivem. Os meios de comunicação aparecem aliados aos donos do poder, no processo de alienação da população. A televisão incentiva rapidamente à substituição dos valores culturais tradicionais, desestimulando e depreciando os valores culturais tradicionais. Diante da situação o educador ambiental deve incentivar o resgate cultural dos educandos e desenvolver técnicas que estimulem a criação de uma identidade cultural com o lugar onde eles vivem (BERNA, 2001).

Para os conhecimentos sobre o meio ambiente deve ser considerado o despertar para a estreita relação entre o meio ambiente e a resolução de problemas básicos como a poluição, falta de saneamento básico, coleta de lixo, má condições de trabalho e muitas outras.

A destruição da natureza não resulta da forma como nossa espécie se relaciona com o planeta, mas da maneira como se relaciona com o planeta, mas da maneira como se relaciona consigo mesma. Ao desmatar, queimar, poluir, utilizar ou desperdiçar recursos naturais ou energéticos, cada ser humano está reproduzindo o que aprendeu ao longo da história e da cultura de seu povo. Portanto, a ação destruidora não é um ato isolado de um ou outro indivíduo, mas reflete as relações culturais, sociais e tecnológicas de sua sociedade. Então, é

impossível pretender que seres humanos explorados, injustiçados e desprovidos de seus direitos de cidadãos consigam compreender que não devem explorar outros seres vivos, como animais e plantas, considerados inferiores pelos humanos. A atual relação de nossa espécie com a natureza é apenas um reflexo do atual estágio de desenvolvimento das relações humanas entre nós próprios. Vivemos sendo explorados, achamos natural explorar os outros.

Não há educação ambiental sem participação política. Logo, não é de estranhar que os governos tenham dificuldades para estabelecer diretrizes e investir realmente em educação ambiental, pois é impossível estimular a participação, mas não garantir os instrumentos, direitos a acesso à participação e interferência nos centros de decisão.

“Não é à toa que os conselhos de meio ambiente, nas diversas esferas do governo, onde se prevê a participação direta da sociedade civil, funcionam ainda tão precariamente, isso quando conseguem funcionar. O ensino sobre deve contribuir principalmente para o exercício da cidadania, estimulando a ação transformadora, além de buscar aprofundar os conhecimentos sobre as questões ambientais de melhores tecnologias, estimular a mudança de comportamentos e a construção de novos valores éticos menos antropocêntricos. A educação ambiental é fundamentalmente uma pedagogia da ação. Não basta se tornar mais consciente dos problemas ambientais sem se tornar também mais ativo, crítico, participativo. Em outras palavras, o comportamento dos cidadãos em relação ao seu meio ambiente é indissociável do exercício da cidadania.” (Berna, 2001, p. 79)

A pedagogia do meio ambiente é, incontestavelmente, uma pedagogia da ação, isto é, dos alunos tomarem a seu próprio cargo problemas, precisamente porque estes problemas dizem respeito a todos em sua vida cotidiana, e não poderiam ser regulados pela simples recitação de informações.

1.3.4. Educação Ambiental e perspectivas populares

Existe muita gente que ainda acredita que ensinar educação ambiental é uma prática estritamente ecológica, isto é, ensinar as crianças sobre fotossíntese, crescimentos das plantas, etc. que seria função da disciplina de biologia e com isso não abriria espaço para a integração com outras disciplinas. (Minc, 1993)

Educação ambiental, antes de tudo é ampliar os horizontes da consciência ingênua e compartimentalizada para a realidade que está exposta à nossa volta.

Dizem que o povo pobre, oprimido, excluído, não tem sequer posse ou interesse nesta temática, isto, no entanto, trata-se de uma grande omissão. O povo em geral não tem a menor idéia de desenvolvimento sustentável ou dinâmica dos ecossistemas, mas na realidade possuem uma vivência direta e dramática com as piores "desgraças ambientais" existentes.

Hoje a educação popular centra-se no atendimento das camadas populares marginalizadas para que estas se apropriem do saber como conhecimento/instrumento; de um saber usado na realização de objetivos de cunho social dessas camadas de excluídos. Falar em educação popular é dizer da necessidade formal de ocultar o seu modo próprio de ver e entender o mundo que o cerca, sua cultura e não tentar impor outro modo de vida. A educação popular deve partir de projetos populares que abranjam as necessidades e aspirações do povo para o povo, caso contrário esta seria apenas controlado por alguns "atores sociais" que querem a manutenção do sistema e de ordem social, estes formam grupos que querem o populismo educativo. A educação popular é criada na classe popular e por isso deve fugir de ideologias e domínio de um sistema pré-estabelecido. Ela é histórica, concreta e, portanto autêntica e autônoma – baseia-se na construção de um saber instrumento, pois os métodos devem variar conforme as necessidades, um saber instrumento é distinto de seu cotidiano.

“A educação popular neste aspecto, deve promover uma educação que exercite sua capacidade de direção e fomenta as tomadas de decisões junto a "atores sociais" envolvidos nos mais variados contextos. Deve-se recriar o próprio saber e não apenas uma acumulação de conhecimento fragmentado e distante de seu cotidiano.” (Brandão, 1990, p. 20)

Na perspectiva ambiental vimos a necessidade da implementação de uma pesquisa participativa para o conhecimento da realidade e das necessidades das camadas populares. Somente conhecendo podemos transformar para melhor atender aos oprimidos, excluídos da sociedade.

Freire inicialmente viu a educação para perceber criticamente a realidade, declarando mais tarde, que não basta somente a percepção da realidade, mas que é preciso transformá-la pela ação prática sobre ela.

Talvez uma das características mais importantes do movimento ambientalista seja a sua diversidade. Esse amplo espectro de práticas e atores confere-lhe um caráter multissetorial que congrega inúmeras tendências e propostas orientadoras de suas ações, considerando valores como equidade, justiça, cidadania, democracia e conservação ambiental.

Nesse amplo universo de ONGs, algumas fazem trabalho de base, outras são mais voltadas para a militância, outras têm um caráter mais político e outras implementam projetos demonstrativos. Embora ocorra uma certa queda na capacidade mobilizatória dos movimentos ambientalistas, observa-se também um grau de amadurecimento das práticas e a consolidação de um perfil da atuação de instituições numa perspectiva proativa e propositiva, dentro de moldes de sustentabilidade. (Arendt, 1989)

“Apesar de a maior parte das entidades ser baseada na militância voluntária não remunerada, observa-se, nos últimos anos, um crescente esforço de profissionalização, ainda que isso ocorra em um número muito restrito de entidades. Um aspecto bastante polêmico está relacionado com a representatividade de entidades nos diversos tipos de conselhos e comissões. O que se nota é a existência de organizações que praticamente concentram suas atividades associadas à participação em espaços de representação. Trata-se de uma lógica bastante perversa, gerada pela dinâmica de institucionalização de entidades centradas em poucas pessoas, que têm muita capacidade de ocupar espaços e que, mesmo sem trabalho de base e inclusive pouca legitimidade no próprio movimento ambiental, articulam a manutenção de sua presença.” (Meadows, 1999, p. 123)

As coalizões na sociedade civil vêm-se fortalecendo, explicitando escolha de temas e questões a serem enfrentadas em nome da busca de objetivos comuns, de modo a configurar a inflexão de uma dinâmica reativa para uma dinâmica propositiva, que aproxima as ONGs e movimentos da mídia e que centra a atuação na coleta, sistematização e disseminação de informações. Nessa direção, as articulações têm possibilitado o crescente fortalecimento de um pólo político interno que integra as ONGs no centro do processo de pressão e gestão, representando, portanto, uma inflexão importante numa agenda até recentemente trazida de fora para dentro. (Reigota, 1998)

Apesar do pequeno reconhecimento do papel das ONGs, do que decorre reduzido interesse da sociedade brasileira em financiar de forma voluntária suas organizações da sociedade civil, observa-se um aumento da sua legitimidade e da sua institucionalidade. O ambientalismo do século XXI tem uma complexa agenda pela frente. De um lado, o desafio de uma participação cada vez mais ativa na governabilidade dos problemas socioambientais e na busca de respostas articuladas e sustentadas em arranjos institucionais inovadores, que possibilitem uma “ambientalização dos processos sociais”, dando sentido à formulação e implementação de uma Agenda 21 no nível nacional e subnacional.

De outro, a necessidade de ampliar o escopo de sua atuação, mediante redes, consórcios institucionais, parcerias estratégicas e outras engenharias institucionais que ampliem seu reconhecimento na sociedade e estimulem o envolvimento de novos atores. (Rajber, 2004)

No contexto globalizado que hoje vivenciamos, um simples tênis que usamos pode ter sido falsificado em um determinado país, sendo que várias partes de seus componentes vieram dos mais variados lugares, e podem vir a ser consumidos por outrem que provavelmente não tem noção das imensas implicações decorrentes destas intrínsecas relações.

Pode-se dizer que na qualidade atual, o homem poderia se chamado de homo-sapiens-planetarius, já que está inserido em uma sociedade contemporânea onde toda estrutura econômica está voltada para o lucro desenfreado de um progresso ilimitado e irresponsável, descompromissado com a qualidade de vida da população.

Segundo (Medina, 1998, p. 19), “Vê-se a predominância de valores econômicos sobre os éticos e humanistas, uma idéia do homem como centro, proprietário e dominador de tudo que existe no planeta”.

Tais concepções e formas diferenciadas de ver o mundo em seu espelho/reflexo nas instituições educacionais sobre as mais divergentes óticas. Estas relações muitas vezes são estereotipadas no ambiente comunitário e escolar.

Freire diz:

“Nosso compromisso, enquanto cidadão nesta sociedade globalizada é o de uma visão mais clara e ampla com a qualidade ambiental para um presente e futuro próximo, onde o homem terá oportunidade a sua vez e voz, tendo como vista não o espaço próximo de ação, mas também o horizonte planetário.” (Freire, 2000, p. 66-67)

Esta cidadania exigirá a intervenção e ação de cada sujeito na participação no destino do planeta. Este desafio nos exige uma nova postura frente às questões ambientais, repensemos nossas imagens mentais e que revisemos, arbitrariamente, nossos conceitos. Segundo Reigota (1994, p. 04) “... necessita-se além de habitarmos este planeta de forma dominante e racional que tenhamos mais responsabilidade em nossos atos.”

CAPÍTULO II.

PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Para Quivy (1998) os autores tratam da elaboração da pergunta de partida como a primeira etapa (de sete) do procedimento científico. Busca-se com ela dar o primeiro passo nas reflexões sobre o tema abordado, estruturando assim, os objetivos e projeto da pesquisa a ser iniciado. Destaca-se a importância de pensar na pergunta, considerando o seu caráter provisório (podendo ser modificada e aprimorada no decorrer do trabalho), bem como da não obrigatoriedade em formulá-la apenas quando o pesquisador possui um grande domínio do tema tratado. Assim, os autores a tratam como um primeiro fio condutor da pesquisa, passível de mudanças e revisões.

2.1. O problema de investigação

A problemática ambiental assume um papel de relevância social em proporções cada vez mais alarmantes e nocivas à qualidade de vida de uma população, surgem as discussões, a conscientização, as mobilizações para atuar, de forma participativa e comprometida em defesa do ambiente natural e do meio social, bem como, e fundamentalmente, da relação do homem com o homem.

A educação ambiental sempre foi uma questão tratada com muita ênfase pelas políticas públicas e educativas e por todos os membros da escola, pois dentre seus ideais um deles é a busca de uma educação ambiental que vise uma melhor qualidade de vida e cidadania planetária, bem como o respeito e comprometimento ao ambiente em que se vive num todo. O projeto de pesquisa surgiu com a preocupação da escola, em consonância com a comunidade, desenvolver uma atividade educacional, em forma de um projeto sócio ambiental que vise as articulações entre o diagnóstico da realidade local e toda sua problemática ecológica, projetando atividades que desenvolvam atitudes de acordo com tais constatações.

A preocupação com a Educação Ambiental e o modo como esta é trabalhada nas escolas direcionam o problema desta pesquisa.

Então, com uma reflexão crítica e direcionada das questões que permeiam as questões sócias ambientais existentes, vimos a necessidade de iniciar um trabalho em tal aspecto junto as escolas X e Y e sua respectiva comunidade. Esse ramo de estudo possibilita a formação de conhecimentos e valores de cunho ambiental na realidade prática da sua aplicação na escola.

Sendo assim as questões problemas que norteiam essa pesquisa são:

Quais os caminhos e descaminhos encontrados a partir da Educação Ambiental na realidade das escolas da rede pública de ensino? Como os professores de ciências implementam a EA? Que estratégias e metodologias utilizam? Como os professores incentivam nos alunos uma reflexão crítica sobre a temática? A consciência ambiental dos alunos é construída a partir dos ensinamentos da escola? É importante que a escola promova atividades fora da escola sobre as questões ambientais? Que iniciativas toma a escola com a comunidade?

2.2. Questão de partida

A questão de partida da presente pesquisa é a seguinte:

Considerando que compete a cada escola incentivar em seus educandos uma postura crítica e participativa face aos problemas ambientais, de que modo a escola pública desenvolve os seus projetos educativos para promover uma educação ambiental e que metodologias utilizam os professores de ciências para promover uma cidadania ativa e responsável?

2.3. Objetivos

A partir do problema enunciado e de modo a responder à questão de partida enunciam-se de seguida os objetivos que direcionaram a presente pesquisa.

2.3.1. Objetivo geral

Analisar as ações desenvolvidas por duas escolas públicas de Ensino Fundamental do município de Araripina-PE, que envolvam a educação ambiental, visando em particular a ação dos professores de ciências.

2.3.2. Objetivos específicos

- Identificar os princípios norteadores da LDB sobre a Educação Ambiental no Brasil;
- Equacionar a importância da Educação Ambiental para uma mudança de atitude em relação à preservação e utilização dos bens naturais;

- Verificar como duas escolas públicas de ensino fundamental do município de Araripina-PE trabalham as temáticas da educação ambiental;
- Analisar as atividades previstas e descritas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas;
- Recolher dados de opinião junto de professores de ciências de duas escolas públicas de ensino fundamental do município de Araripina-PE
- Analisar as ações de educação ambiental desenvolvidas a partir de discussões provenientes da participação da escola na comunidade.

2.4. Valor teórico e prático do problema

Considerando a importância da temática ambiental para o desenvolvimento do senso crítico e da construção de um saber ambiental, a escola deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e as suas consequências para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e para o meio ambiente. É fundamental que cada aluno desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável.

Diante disso espera-se desta pesquisa que a educação ambiental contribua para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade. Para isso, é importante que, mais do que informações e conceitos, a escola se disponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores e com mais ações práticas do que teóricas para que o aluno possa aprender a amar, respeitar e praticar ações voltadas à conservação ambiental.

No entanto, a figura do professor diante de seus alunos deve ser um instrumento de ação para a conscientização deles, educando-os de forma correta desde a conservação da limpeza da sala de aula até a preservação do meio em que comunidade escolar está inserida na sociedade.

CAPÍTULO III.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A evolução da ciência se deu com a evolução da inteligência humana, que passou do medo do desconhecido ao misticismo, numa tentativa de explicar os fenômenos através do pensamento mágico, das crenças e das superstições e, finalmente, evoluiu para a busca de respostas através de caminhos que pudessem ser comprovados. Desta forma, nasceu a ciência metódica, que procura sempre uma aproximação com a lógica. O ser humano é o único animal na natureza com capacidade de pensar. Esta característica permite que os seres humanos sejam capazes de refletir sobre o significado de suas próprias experiências.

Severino (2000, p.18) define Metodologia como:

“[...] um instrumental extremamente útil e seguro para a gestação de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta. [...] São instrumentos operacionais, sejam eles técnicos ou lógicos, mediante os quais os estudantes podem conseguir maior aprofundamento na ciência, nas artes ou na filosofia, o que, afinal, é o objetivo intrínseco do ensino e da aprendizagem universitária.” (Severino, 2000, p.18)

No mundo acadêmico, fazer ciência é importante para todos porque é por meio dela que se descobre e se inventa, e o método representa, portanto, uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo, quer seja para explicá-lo.

3.1. Caracterização da Pesquisa

Segundo Lakatos (2010), a metodologia constitui uma das etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno a investigar que está limitado a um domínio particular.

A pesquisa realizou-se em duas escolas públicas do município de Araripina-PE, Brasil, partindo da análise das atividades previstas e descritas nos Projetos Políticos Pedagógicos das mesmas escolas. Os dados serão coletados diretamente do Projeto Político pedagógico das escolas.

Os dados de opinião sobre Educação Ambiental foram coletados por questionário, junto dos professores de ciências destas escolas. Assim realizaram-se dois questionários sobre a realidade vivida na escola e a importância de criar projetos de conscientização para os alunos junto da comunidade.

Por se tratar de uma pesquisa centrada em duas escolas e apenas na opinião de professores, procuram-se respostas no que se refere ao trabalho desenvolvido no âmbito da

Educação Ambiental, pode, portanto considerar-se que a investigação realizada é de cunho descritivo, assente fundamentalmente em dados de tipo qualitativo.

3.1.1. Uma pesquisa de tipo qualitativo e descritivo

Trata-se de uma pesquisa descritiva que atende aos pré-requisitos de um estudo centrado na opinião dos professores de ciências sobre a Educação Ambiental. A pesquisa descritiva permite uma análise do problema em relação com os diversos aspectos relacionados com a promoção da Educação Ambiental na escola.

Vieira (2002) conclui que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população, mas não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Já Lakatos (2010) acrescenta que uma pesquisa caracteriza-se como bibliográfica com análise qualitativa, quando realiza-se um levantamento de dados sobre o tema, com o objetivo de servir como embasamento teórico e produção de conhecimento científico, tanto para os pesquisadores, como para a comunidade acadêmica e demais leitores.

É necessário conceituar o método qualitativo, para poder-se ter idéia da dimensão teórico prática do caminho a ser seguido. Diversos autores apresentam conceitos sobre o método de pesquisa qualitativo, optei por citar e analisar dois que trazem de forma mais completa, “nuances” e características que melhor classificam-no.

Pesquisa qualitativa é multimetodológica quanto ao seu foco, envolvendo abordagens interpretativas e naturalísticas dos assuntos. Isto significa que o pesquisador qualitativo estuda coisas em seu ambiente natural, tentando dar sentido ou interpretar os fenômenos, segundo o significado que as pessoas lhe atribuem (Denzin & Lincoln, 1994).

3.1.2. Uma pesquisa baseada na análise documental

Para desenvolver a análise documental, além de contar com os arquivos organizados toda a documentação e com as fichas de leitura, foram construídos quadros de autores e de termos-chave, aos quais se acrescentaram observações ou comentários sobre possíveis relações com as questões da pesquisa.

Diversos documentos foram analisados com o sentido de compreender como a escola organizava os seus projetos de Educação Ambiental:

- A LDB sobre a Educação Ambiental, no Brasil
- Legislação sobre EA

- Os PCNs
- Os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas
- Os Planos de Atividades sobre Educação Ambiental

3.1.3. Uma pesquisa centrada na análise de questionários aos professores de ciências

A população foi formulada por 5 professores da escola X e 5 Professores da Escola Y do ensino fundamental II, das referidas Escolas. A amostra respeitou os critérios de inclusão que foram: aceitar participar da pesquisa e fazer parte mais de um ano do quadro de funcionários da instituição de ensino. Como critérios de exclusão elencamos: Não aceite participar da pesquisa caso tenha menos de um ano de vínculo empregatício. Foi também respeitada a disponibilidade de cada participante, sendo assim essa amostra do tipo aleatória simples. O objetivo com tais procedimentos foi escolher através de sorteio professores das referidas escolas para responder o questionário relacionado ao tema dessa dissertação.

3.2. Locus da Pesquisa

As Escolas escolhidas citadas nesse trabalho são da rede municipal de ensino e ficam localizadas no município de Araripina Estado de Pernambuco.

Araripina é um município do estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Constitui a Mesorregião do Sertão Pernambucano e a Microrregião de Araripina. Fica a 690 quilômetros da capital do estado, Recife. Localiza-se a uma latitude 7°34'34" sul e a uma longitude 40°29'54" oeste. Araripina é a segunda maior cidade da Mesorregião do Sertão Pernambucano e o principal município da Microrregião de Araripina, além de atender a municípios de estados vizinhos do Piauí e Ceará. Possui uma população estimada em 100 mil Habitantes tem o vigésimo oitavo maior produto interno bruto do estado de Pernambuco. Araripina, juntamente com Ouricuri, Ipubi e Trindade, constitui o maior polo gesso da América Latina, responsável por 95% do gesso consumido no Brasil.

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios, o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca. No verão, é quente, com máximas entre 30°C e mínimas de 19 °C. No inverno, é ameno, com máximas de 28 °C e mínimas de 22 °C. A primavera é o período mais seco e quente da cidade, com máximas podendo alcançar os 37°C.



Figura 1. Localização de Araripina-PE

3.2.1. A Escola X

A escola X pertence à rede municipal de ensino, está localizada à Rua Antonio de Carvalho Leite, S/N, centro, Araripina-PE. Fundada em 07/05/2007 e atende nas seguintes modalidades:

- Ensino fundamental II;
- Ensino médio;
- EJA Fundamental;
- EJA médio;
- Projeto travessia.

Tem, no entanto a comunidade escolar como maior aliado, oferecendo um ensino de qualidade e desenvolvendo um trabalho de parceria e transparência.

O prédio da escola é de concreto, muito bem planejado para atender as necessidades da escola, de uma maneira geral a escola tem uma boa estrutura física, precisando atualmente de uma quadra de esportes.

Os horários de funcionamentos da escola são: 7h. 30mim às 11:45h, 13h. 30mim e 17h. e 30mim e 18h. 40mim às 22h.

A caracterização da clientela escolar varia em relação às condições socioeconômicas as carências financeiras e principalmente afetivas. Os alunos são oriundos dos circunvizinhos e da comunidade.

A escola possui 5 professores de ciências, os mesmos são licenciados em Biologia Geral e possui especializações na sua área. A maioria dos professores é do sexo feminino e trabalham na escola a mais de dois anos.

3.2.2. A Escola Y

A escola Y está localizada no município de Araripina-PE, Foi fundada em 27 de agosto de 1994 pela prefeita da época Dr. Dioneia Lacerda. A escola precisa de uma reforma, não tem espaço para os alunos brincar, a estrutura física passa por problemas. A instituição funciona nos três turnos, manhã, tarde e noite disponibilizando ao público.

A Escola possui seus projetos de reforço, Músicas, danças, jogos etc. Com o apoio do projeto mais educação, escola aberta, oferecer ensino infantil, pré-escolar I e II, ensino fundamental de 09 anos e EJA I e II FASE. A escola possui 20 salas de aulas, bibliotecas, cozinha, almoxarifado, depósito de merenda, secretarias, banheiros feminino, masculino e de funcionários. Sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) possui 80 funcionários entre professores.

Contem 08 professores de ciências, mas apenas 6 tem formação em Biologia Geral.

3.2.3. O papel do investigador

A escolha deste tema é de interesse por parte da pesquisadora porque sou formada na área ambiental.

Achei importante fazer minha dissertação em Educação Ambiental porque tendo em vista a crescente ocorrência de problemas ambientais vê-se a necessidade de uma nova consciência, comportamento e comprometimento frente a esta situação a fim de minimizar as consequências destas atitudes anti-ambientais para o futuro.

3.3. Procedimentos da Coleta de Dados

Na coleta de dados, os mesmos serão obtidos através da pesquisa documental e da aplicação de questionários aos professores de ciências. Para Gil (2009), é de extrema importância que o pesquisador-autor tenha senso investigativo e flexível transformando situações imprevistas em oportunidades. Ou seja, é necessário que o pesquisador-autor construa uma ponte entre a informação recebida e a teoria (preposições) a fim de processar a

coleta de dados de modo relevante e rigoroso para o estudo em questão e evitar o risco de erros.

3.3.1. Análise documental

Após a definição das escolas a serem pesquisadas recolheram-se documentos essenciais para compreender como as duas escolas organizaram o processo de Educação Ambiental e para conhecer quais as atividades que foram realizadas.

Sobre essa perspectiva é que a pesquisa toma forma, com a finalidade de elucidar as principais situações problemáticas a cerca do Projeto Político Pedagógico das escolas X e Y. A análise do seu planejamento/ organização e das atividades porgramadas mostram as diferenças nestes Projetos. No PPP da escola X, embora pouco elaborado, registam-se dois projetos a desenvolve no domínio da Educação Ambiental: o Projeto sobre “A importância de economizar água” e o Projeto “Menos Lixo mais Saúde”. No PPP da escola Y são apresentadas as características da comunidade escolar mas não se destacam os projetos específicas da EA. Apenas na matriz curricular se faz referência à temática da EA como projeto de educação dos jovens.

Os reflexos dessas diferenças, diagnosticando a realidade da educação em cada escola dão o perfil da realidade e suas tendências, e de como o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta de crescimento essencial para ser usado na prática e não apenas sendo considerado um documento inerte e desnecessário, colocado apenas como uma imposição feita pelo Governo.

3.3.2. Organização dos questionários aos professores

Elaboraram-se dois questionários de opinião aos professores de ciências das duas escolas, apresentados em anexo. O primeiro questionário, considerado exploratório, apresenta um conjunto de questões fechadas com o objetivo de recolher a opinião dos professores sobre a problemática ambiental. O segundo questionário, de questões abertas, visa conhecer a opinião dos professores sobre as questões de cidadania e de “educação popular”, abordando o problema da necessidade de despertar a consciência ambiental e o desenvolvimento sustentável nos alunos e junto da comunidade. Como também o segundo questionário tem como propósito completar de forma livre a opiniões dos professores.

Depois de um contato inicial e da pesquisa no Projeto Político Pedagógico de cada escola com relação ao trabalho desenvolvido sobre Educação Ambiental, procedeu-se à aplicação dos dois questionários.

Um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se verificar se os objetivos de um projeto foram atingidos. Mas, construir questionários não é uma tarefa fácil, e aplicar tempo e esforço no planejamento do questionário é um requisito essencial para se atingir os resultados esperados. Infelizmente não existe uma metodologia padrão para o desenvolvimento de questionários, porém existem recomendações de diversos autores com relação a essa importante tarefa no processo de pesquisa científica (Aaker, 2001).

Sendo assim o processo de validação ocorreu durante o preenchimento com discussão aberta entre os professores sobre as questões dos questionários aberto. Foi o que permitiu considerar válido.

CAPÍTULO IV.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a coleta de todos os dados dos questionários distribuídos aos professores de ciências, foi realizada a análise das diferentes questões. Esta análise será organizada de acordo com a ordem das questões e posteriormente apresentada sua interpretação.

Os dados quantitativos retirados das questões fechadas do questionário exploratório receberam um tratamento estatístico, sendo apresentados em gráficos e tabelas, confrontados na sua interpretação com o referencial teórico que fundamenta a presente pesquisa.

Os dados qualitativos referentes às questões abertas do segundo questionário estarão sob a dimensão de uma análise de conteúdos. Para Triviños (1999), o processo de análise de conteúdo pode ser feito da seguinte forma: pró-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização), interpretação referencial (tratamento e reflexão).

4.1. O questionário exploratório

Traçou-se um perfil dos professores, que participaram da pesquisa, com relação a sexo e tempo de atuação na área, como se pode verificar nos gráficos de 01 a 04.

O perfil dos professores

Gráficos 1 e 2: Sexo dos professores que participaram da pesquisa

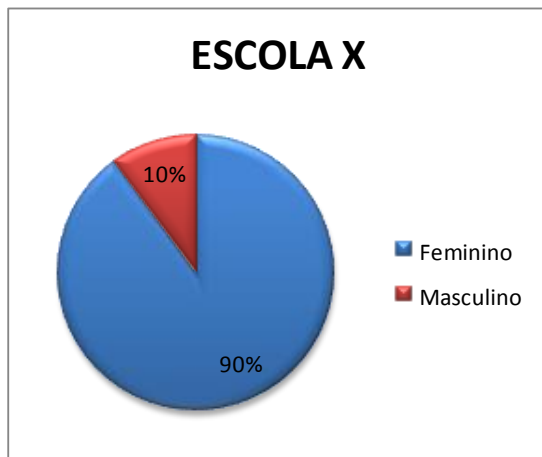


Gráfico 01

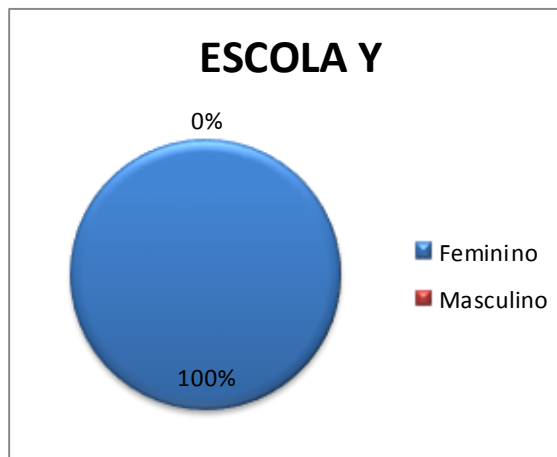


Gráfico 02

Conforme gráficos 1 e 2, na Escola X 10% dos professores são do sexo masculino, na escola Y 100% dos professores que participaram da pesquisa são do sexo feminino, demonstrando assim a predominância desse sexo nos professores de Ensino fundamental.

Os gráficos 3 e 4 demonstram o tempo de atuação na área. Tanto na Escola X quanto na Escola Y mais de 60% dos professores atuam há mais de 10 anos. Esse dado é relevante considerando os graus de conhecimentos, habilidades e atitudes dos professores, adquiridos nesse período.

Gráficos 3 e 4: Tempo de atuação na área

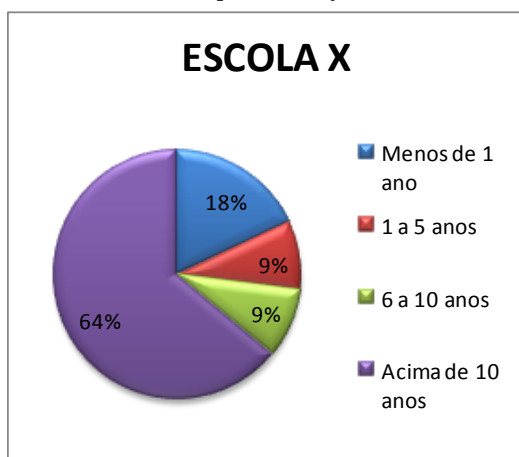


Gráfico 03

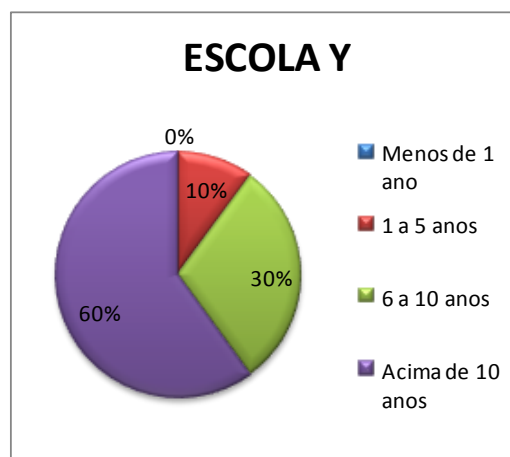


Gráfico 04

Questão 3: São incentivados ou motivados para trabalhar com projetos sobre educação ambiental com seus alunos?

Na escola A, 73% dos professores afirmaram que são incentivados e motivados para desenvolverem projetos de EA. Na escola Y os professores 38% afirmaram que não há incentivos por parte da escola para trabalhar com os alunos em projetos ambientais. (Gráficos 05 e 06)

A análise dos Projetos Políticos Pedagógicos das duas escolas mostra efetivamente que a Escola X possui na sua grade curricular a Educação Ambiental, apesar de não ter recursos financeiros e nem patrocinadores para execução desses projetos. De acordo com a coordenadora, a escola X não tem área arborizada e nem coleta seletiva de lixo, apesar de ter espaço físico suficiente para viabilizar uma horta e uma área arborizada.

Gráficos 5 e 6: Incentivo por parte da escola sobre trabalhar com projetos ambientais

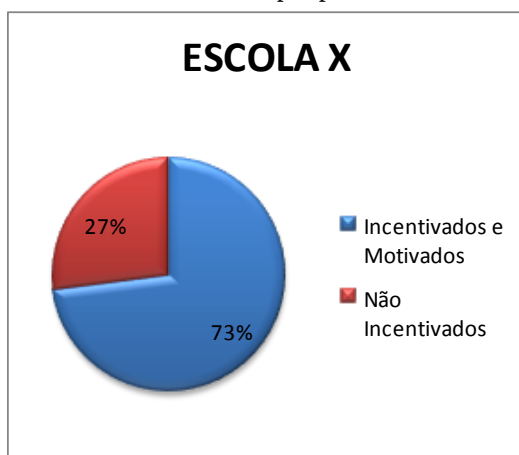


Gráfico 05

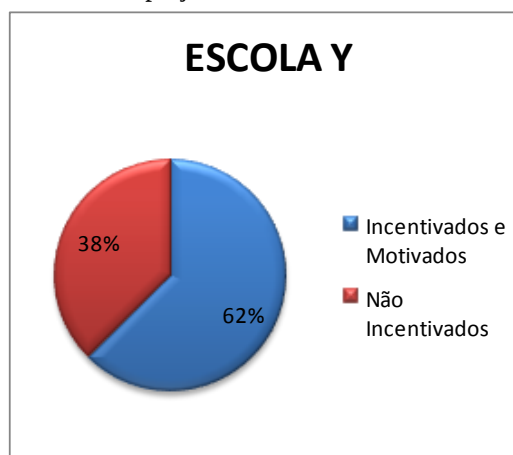


Gráfico 06

As escolas defendem a ideia de que Educação Ambiental no âmbito escolar é importante, contudo, esta deve ser tratada como científica a análise dos problemas ambientais, sociais e políticos. A Educação Ambiental tem assumido nos últimos anos o grande desafio de garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam, na relação com o planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade. Daqui a importância das escolas elaborarem Projetos Pedagógicos abertos à comunidade e que desenvolvam nos alunos uma cidadania ativa e participativa.

Questão 4: O que acha da implantação da educação ambiental na grade curricular?

Quando perguntamos aos professores das escolas X e Y sobre a implantação da EA na grade curricular, 91% dos professores das duas escolas consideram importante a sua inclusão na grade curricular.

Gráficos 7 e 8: Opinião dos professores sobre a EA na grade curricular

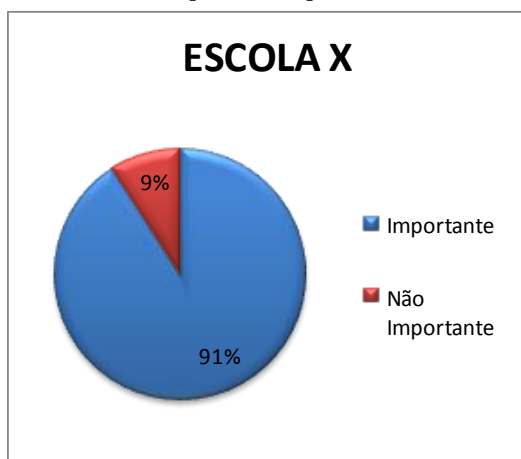


Gráfico 07



Gráfico 08

Vale ressaltar que tanto na Escola X quanto na Escola Y, a Educação Ambiental está inserida na estrutura curricular e que os conteúdos dos livros didáticos estão contextualizados com os temas transversais. A diferença está na forma como esses conteúdos estão sendo repassados aos alunos devido aos recursos necessários para o desenvolvimento dos projetos.

Questão 6: Costumam conscientizar os alunos quanto aos problemas ambientais?

Perguntou-se aos professores das escolas se eles costumam conscientizar os alunos quanto aos problemas ambientais. 60% dos professores da escola X responderam que sim, pois acham bastante importante tratar esses assuntos dentro da sala de aula e 90% dos

professores da escola Y responderam sempre que possível retrata com os alunos a importância conscientização para o meio ambiente. (Gráficos 09 e 10)

Gráfico 09 e 10: Conscientização por parte dos professores quanto aos problemas ambientais

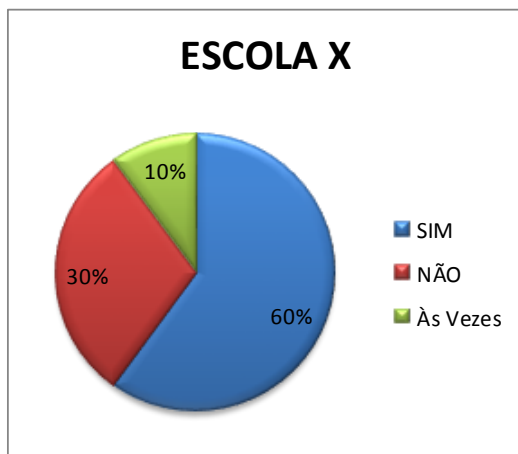


Gráfico 09

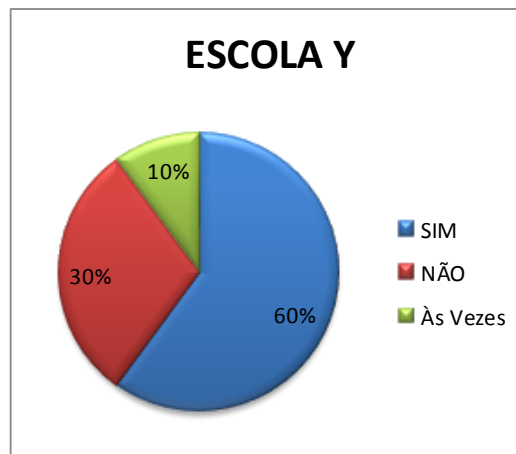


Gráfico 10

Portanto, diante de tais informações pode-se reconhecer que as duas Escolas estão no caminho certo, buscando conscientizar os alunos a repensarem suas atitudes, mudando os hábitos para preservação do meio ambiente, por meio da EA. Mas vale ressaltar, que não basta incluir a EA na estrutura curricular, é necessário também propiciar aos professores, conhecimento necessário dos conteúdos a serem ministrados por meio de cursos e treinamentos, bem como fornecer recursos financeiros suficientes para o desenvolvimento de projetos, envolvimento dos alunos, professores, funcionários, pais, comunidade e governo, para que haja motivação, vontade e reconhecimento da importância da EA para a formação de cidadãos conscientes sobre o cuidado com o meio ambiente e com a sobrevivência do planeta.

A Educação Ambiental constitui-se como uma estratégia para se alcance as mudanças desejadas na atual educação. A Educação Ambiental tem assumido nos últimos anos grande desafio de garantir a construção de uma sociedade sustentável, em que se promovam, na relação com o planeta e seus recursos, valores éticos como cooperação, solidariedade, generosidade, tolerância, dignidade e respeito à diversidade (Carvalho, 2006).

Segundo as professoras entrevistadas da escola Y, em conversa informal, estas defendem uma concepção de Educação Ambiental de acordo com os autores acima, uma vez que busca conscientizar os alunos da importância da preservação do meio Ambiente na escola, na comunidade para garantia de uma melhor qualidade de vida.

Alguns autores discutem a forma mais apropriada para se trabalhar a Educação Ambiental como por exemplo: A Educação Ambiental é conteúdo e aprendizado, é motivo e motivação, é parâmetro e norma. Vai além dos conteúdos pedagógicos, interage com o ser humano de forma que a troca seja uma retroalimentação positiva para ambos. Educadores ambientais são pessoas apaixonadas pelo que fazem. E, para que o respeito seja o primeiro sentimento motivador das ações, é preciso que a escola mude suas regras para se fazer educação ambiental de uma forma mais humana (Carvalho, 2006).

Santos (2007, p. 10), acredita “que uma das formas que pode ser utilizada para o estudo dos problemas relacionados ao meio ambiente é através de uma disciplina específica a ser introduzida nos currículos das Escolas”, podendo assim alcançar a mudança de comportamento de um grande número de alunos, tornando-os influentes na defesa do meio ambiente para que se tornem ecologicamente equilibrados e saudáveis. Porém, a autora ressalta que estes projetos precisam ter uma proposta de aplicação, tratando de um tema específico de interesse dos alunos, e não longe da proposta pedagógica da escola.

Para Guedes (2006, p. 87), “os sistemas educacionais com fortes tendências pedagógicas liberais tradicionais não compreendem ou não têm aceitado a Educação Ambiental como parte integrante do currículo e da vida escolar, impossibilitando, desta forma, a consolidação desta”.

A Escola Y, segundo as professoras, em conversa informal, estas desenvolvem projetos interdisciplinares articulados em torno de eixos temáticos, privilegiando situações de leitura e escrita à cerca da Educação Ambiental. O trabalho é feito na perspectiva de que o estudante possa ver o meio ambiente onde vive de forma responsável e este possa interagir com o propósito de construir e fazer a manutenção da vida.

A escola observa que os alunos têm grande interesse e participam de forma ativa e que a partir de então passam a ter um comportamento diferenciado demonstrando muita preocupação com a vida e a preservação da mesma.

A escola para que os objetivos sejam alcançados desenvolve diversos projetos que levem o aluno a refletir e mudar de comportamento em relação ao Meio Ambiente e sua preservação.

4.2. O segundo Questionário

Foi realizado um segundo questionário, com perguntas abertas, para os professores da escola X e Y, com o objetivo de saber a opinião sobre o processo de construção da

Educação Ambiental na escola e sobre a sua influência na comunidade em geral e, em particular, no Município de Araripina-PE.

4.2.1. Respostas dos professores da Escola X

As tabelas abaixo demonstram as opiniões dos professores da Escola X, sobre a Educação Ambiental, a sua implementação e a sua influência na construção de uma cidadania ativa.

Tabela 1. Opinião dos professores sobre EA

1. No processo de construção de uma Educação Ambiental com os seus alunos que atividades desenvolvem para a consolidação dos conhecimentos promotores de uma cidadania ativa, plena e ecológica?

P1	Trabalhos interdisciplinares que desenvolva no aluno o prazer e a vivência da correta cidadania e o respeito à ecologia.
P2	Trabalhar com os alunos através de projetos de leitura e palestras voltadas com profissionais da área de Educação Ambiental.
P3	Atividades como a exploração de projetos e leitura de textos falando sobre a prática da reciclagem e preservação do ambiente escolar, como por exemplo, a reutilização de papel, garrafas e plásticos. Despertar no aluno a prática responsável tanto na escola quanto nas suas famílias.
P4	Atividades de forma com que o aluno pesquise, participe e compreenda a importância da correta cidadania para consigo e o meio em que vive.
P5	Atividades interdisciplinares com participação do aluno, professor e família, trabalhando a conscientização da preservação do meio ambiente, desenvolvendo projetos de coletas de resíduos sólidos e reciclagem.

Diante destas respostas do questionário, aplicado aos professores da escola X, percebe-se que a maioria das respostas então voltadas para realização de projetos para promover aos seus alunos o papel de cidadãos na sociedade em relação a preservação do meio ambiente.

No entanto a problemática ambiental assume um papel de relevância social em proporções cada vez mais alarmantes e nocivas à qualidade de vida de uma população, surgem as discussões, conscientização, mobilizações para atuar, de forma participativa e comprometida em defesa do ambiente natural e do meio social, bem como, e fundamentalmente, da relação do homem com o homem.

Desde a aprovação da Lei Federal nº 9.795/1999, houve intensos debates no Congresso Nacional sobre a oportunidade de criação de uma disciplina específica de Educação Ambiental, tanto em instituições de educação básica, quanto de ensino superior. Prevaleceu o princípio reconhecido internacionalmente de tratar a Educação Ambiental como uma temática interdisciplinar e transversal em relação aos conteúdos ministrados na educação, sendo esse o entendimento confirmado na lei.

A tabela 02 abaixo ressalta a opinião dos professores em relação educação ambiental como disciplina específica x interdisciplinar.

Tabela 2. Opinião dos professores sobre a EA ministrada como disciplina específica ou articulação interdisciplinar.

2. Na sua opinião a Educação Ambiental deve ser ministrada numa disciplina com matérias específicas sobre as temáticas ambientais ou deve ser desenvolvida numa articulação interdisciplinar? Justifique.

P1	A Educação Ambiental, assim como qualquer outra disciplina deve ser trabalhada em conjunto com as demais disciplinas, ou seja, de forma interdisciplinar.
P2	A Educação Ambiental assim como qualquer outra disciplina tem que ser trabalhada nas diversas disciplinas, ou seja, interdisciplinar.
P3	Interdisciplinar, pois é na interdisciplinaridade que construímos e assinalamos o conhecimento dentre as várias disciplinas estudadas.
P4	Deve ser trabalhada a interdisciplinaridade em português, ciências, geografia, preservação dos recursos naturais, reciclagem do lixo e poluição sonora.
P5	Interdisciplinar, pois é na interação entre as várias disciplinas que facilitamos a construção do conhecimento do aluno

De acordo com a opinião dos professores a maioria escreveu sobre a Educação Ambiental como articulação interdisciplinar. Contudo, parece-nos relevante estabelecer diferenças quanto à discussão sobre a inclusão desta temática como disciplina na educação básica.

Enquanto na educação básica, conteúdos temáticos, como conservação ambiental e preocupação com os recursos naturais e a poluição poderiam, supostamente, compor um programa da disciplina; nas instituições de ensino superior, a preocupação seria com os métodos e pesquisas em Educação Ambiental, aproveitando, inclusive, a riqueza de livros, artigos e publicações sobre o tema.

O interdisciplinar consiste num tema, objeto ou abordagem em que duas ou mais disciplinas intencionalmente estabelecem nexos e vínculos entre si para alcançar um conhecimento mais abrangente, ao mesmo tempo diversificado e unificado. Verifica-se, nesses casos, a busca de um entendimento comum (ou simplesmente partilhado) e o envolvimento direto dos interlocutores. Cada disciplina, ciência ou técnica, mantém a sua própria identidade, conserva sua metodologia e observa os limites dos seus respectivos campos. “É essencial na interdisciplinaridade que a ciência e o cientista continuem a ser o que são, porém intercambiando hipóteses, elaborações e conclusões”. (Coimbra, 2000 p.58)

Portanto, a interdisciplinaridade na opinião dos professores é importante no que diz respeito a ensinar e aprenderas temáticas da Educação Ambiental que não devem ficar apenas confinadas somente à disciplina. A interdisciplinaridade serve para auxiliar os educadores e as escolas na resignificação do trabalho pedagógico em termos de currículo, de métodos, de

conteúdos, de avaliação e nas formas de organização dos ambientes físicos onde ocorre aprendizagem.

Tabela 3. Opinião dos professores sobre a contribuição da escola em relação a inclusão dos alunos na temática ambiental.

3. Dizem que o povo oprimido, excluído, não tem sequer interesse na temática ambiental. Como vê a possibilidade da escola contribuir para uma “educação popular” sobre a realidade dos problemas ambientais?

P1	Criar projetos voltados para essa conscientização, trabalhando-o na teoria e na prática, desde o local ou sociedade em que vive.
P2	Desenvolver projetos voltados para a Educação Ambiental, trabalhando a conscientização do cidadão na sua própria realidade junto com a sociedade em que vive.
P3	Trabalhar projetos voltados para a conscientização da necessidade de resguardar a preservação do ambiente em que vive e assim perceber a mudança positiva para com o meio ambiente e todos os seres nele inserido.
P4	Debatendo em sala sobre o próprio meio em que vive, despertando neles (alunos) a correta necessidade de cuidar do meio ambiente para ele e as gerações futuras.
P5	Desenvolver projetos voltados para a conscientização do cidadão e preservação dos seres naturais na sociedade em que vive, seja na escola, comunidade ou sociedade em que vive.

Observa-se que a maioria dos professores escreveu sobre a importância de desenvolver projetos voltados para a conscientização e preservação do meio ambiente ligados aos problemas da comunidade. Dessa forma o trabalho com projetos significa de fato uma mudança de postura, uma forma de repensar a prática pedagógica e as teorias que lhe dão sustentação, possibilitando o envolvimento, a cooperação e a solidariedade entre alunos, professores e comunidade, no intuito de transformar a realidade por meio de ações.

Também requer uma capacidade gerencial por parte dos professores, o estabelecimento de critérios e prioridades nas ações, o manuseio das informações para gerar um produto concreto e ainda a disseminação de informações sobre temas de relevância para as escolas e comunidades, considerando que, a avaliação desse projeto ambiental deva envolver todos aqueles que participaram de sua elaboração. Além disso, incentiva a pesquisa e a atualização constante de professores e de alunos.

Embora grande parte das escolas concebam projetos de educação ambiental com uma abordagem genérica da questão ambiental e desvinculada do projeto educativo da escola, percebe-se que existe uma tendência clara em trabalhar cada vez mais com esta prática.

Tabela 4. Opinião dos professores sobre qual projeto seria melhor desenvolver na sua comunidade.

4. Que projetos de Educação Ambiental considera necessário promover junto das populações do Município de Araripina-PE?

P1	Projetos voltados para a preservação da natureza, bem como de toda APA, visto que estamos num setor que muito se desmata para crescer o pólo gesso.
P2	Projetos voltados para a poluição do gesso na região do Araripe.
P3	Reciclagem do lixo e Preservação da APA, ambas com parcerias de entidades governamentais e não governamentais.
P4	Reciclagem do Lixo e Reflorestamento nas áreas desertas.
P5	Preservação da floresta do Araripe, reciclagem dos resíduos sólidos e poluição dos rios.

Percebe-se que os professores escolhem por trabalhar com projetos voltados para a preservação da natureza e a poluição causadas pelo pólo gesso da nossa região.

Sendo que as calcinadoras de gesso são as principais consumidoras de energéticos florestais da região do Araripe, consumindo 56% da produção, seguida da siderurgia, com 33%, e do consumo doméstico, com 6%. Os demais ramos juntos representam 5% do consumo total .

A degradação ambiental da Região do Araripe está associada à industrialização de minerais, especialmente a gipsita. Em consequência, na medida em que a indústria do gesso foi-se desenvolvendo, utilizou principalmente a lenha como energético para a calcinação, provocando a devastação do estoque madeireiro da região. “Entre 1989 e 2004, a Caatinga da região sofreu uma redução de 17% para fornecer lenha para as atividades econômicas da região. No entanto foram desmatados 168.752 hectares, uma média de 11.200 hectares/ano”. (Fupef, 2007, P. 65).

As causas mais frequentes que provocam a poluição nas fábricas de pré-moldados são, pela ordem decrescente de importância: descarrego de gesso, colocação de gesso no agitador/depósitos e entulhamento das sobras.

Tabela 5. Opinião dos professores sobre participação ativa em projetos de cidadania.

5. Como os alunos da sua escola podem desenvolver uma participação ativa nesses projetos de cidadania?

P1	Projetos voltados na área da educação ambiental, com profissionais da área, debates, palestras e etc.
P2	Projetos voltados para o gesso e a poluição na cidade de Araripina.
P3	Trabalhando com projetos apoiado pelas entidades governamentais e não governamentais, explorando a pesquisa, aulas de campo, programas de rádio e principalmente o apoio da família e escola.
P4	Projetos de teoria e prática voltados para meio ambiente, envolvendo a família, a escola e as instituições.
P5	Com o apoio da escola e da própria família do aluno, trabalhando projetos ambientais na teoria e na prática.

A maioria dos professores optou por projetos voltados ao meio ambiente envolvendo a família e a escola. Geralmente a iniciação das pessoas na cultura, nos valores e nas normas da sociedade começam na família. Para que o desenvolvimento da personalidade das crianças

seja harmonioso é necessário que seu ambiente familiar traduza uma atmosfera de crescente progressão educativa. Todavia, nota-se que todas as instituições e especialmente a escola deve não só apoiar e respeitar os esforços dos pais e responsáveis pelos cuidados, atenção e educação das crianças, e que devem também colocar-se em posição efetiva de gerar iniciativas dirigidas à elevação e aprimoramento social e educacional de seus educandos e respectivas famílias.

Assim, a escola, deve sempre envolver a família dos educandos em atividades escolares. Não para falar dos problemas que envolvem a família atualmente, mas para ouvi-los e tentar engajá-los em algum movimento realizado pela escola como: projetos, festas, desfiles escolares, etc.

Nessa perspectiva, a escola por sua maior aproximação às famílias constitui-se em instituição social importante na busca de mecanismos que favoreçam um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõe a essa sociedade.

Como diz Paro (1997) a escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano.

4.2.2. Respostas dos professores da Escola Y

O segundo questionário, com perguntas abertas, foi também distribuído aos professores da escola Y, diante disso as tabelas abaixo demonstram as opiniões desses professores sobre a Educação Ambiental, a sua implementação e a sua influência na construção de uma cidadania ativa.

Tabela 6. Opinião dos professores sobre EA

1 No processo de construção de uma Educação Ambiental com os seus alunos que atividades desenvolvem para a consolidação dos conhecimentos promotores de uma cidadania ativa, plena e ecológica?	
P1	Trabalhar em conjunto, ou seja, escola aluno e família, o que nem sempre acontece, pois falta apoio desde a qualificação profissional e salarial do professor e da própria estrutura familiar.
P2	Sabe-se que o normal seria trabalhar a interdisciplinaridade, mais o professor não tem o recurso adotado e falta acompanhamento e incentivos da parte pedagógica da escola.
P3	Falta incentivo nas políticas sociais e educacionais na área da educação ambiental e apoio por parte da escola.
P4	Programas sociais das secretarias de meio ambiente e secretaria de educação com políticas pedagógicas e capacitações para professores, associações voltadas para sociedade em geral.
P5	Buscar políticas familiar, trazendo a mesma para dentro da escola, unto do professor e aluno.

Diante das respostas dos professores da escola Y, tem que haver um trabalho em conjunto entre as diferentes disciplinas no projeto de um Educação Ambiental. Sendo assim a educação acontece como parte integrante da ação humana de transformar a natureza em cultura, já que ao fazer a nossa leitura do mundo e dos seus problemas, atribuímos significados ao que acontece. O educador torna-se um mediador, uma vez que educar é mediar, buscar fazer a tradução do mundo em que vivemos, a partir do ambiente do qual fazemos parte. Somos seres singulares, logo estas leituras acontecem de muitas maneiras levando em conta toda a vivência do indivíduo. Por este motivo vale lembrar que é possível repensar, reinterpretar o que vemos e buscar novas ações para o que nos rodeia com base em projetos educativos visando o meio ambiente.

Segundo os PCN'S de Meio Ambiente,

“A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos.” (PCN'S, 1996, p.12)

Tabela 7. Opinião dos professores sobre a EA ministrada como disciplina específica ou articulação interdisciplinar.

2 Na sua opinião a Educação Ambiental deve ser ministrada numa disciplina com matérias específicas sobre as temáticas ambientais ou deve ser desenvolvida numa articulação interdisciplinar? Justifique.	
P1	Pode ser trabalhado de forma interdisciplinar, porem falta incentivos e até mesmo recursos como, por exemplo: capacitações, material didático, apoio pedagógico.
P2	Pode até ser trabalhado em diversas disciplinas, mais falta recursos financeiros e incentivos educacionais.
P3	O normal seria que fosse em uma única disciplina específica na área, mais falta incentivos disso.
P4	Na verdade acho que teria que ter uma disciplina específica de meio ambiente.
P5	Pode ser trabalhada em diversas disciplinas, mas falta o principal, recursos.

Percebe-se que a maioria dos professores optou por a EA ser uma disciplina específica. Só que segundo as orientações dos PCNs, a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma interdisciplinar. Na teoria, vemos isso nos planos de curso de muitas disciplinas de escolas, mas na prática isto não acontece.

Segundo Bizerril e Faria 2001, para os professores os PCNs não estão totalmente claros e eles sentem dificuldades na compreensão da proposta em si, ou então na forma de executá-la e que muitos tendem a fugir do aprofundamento do tema por desinteresse ou despreparo. Isso porque o trabalho interdisciplinar ainda traz angústia e medo, principalmente porque na sua formação não foram preparados para esta prática, e por isso sentem muita

dificuldade em executá-lo; outra dificuldade é o excesso de conteúdos que os professores ministram em sua disciplina curricular.

Assim, a falta de preparo na formação dos professores e a grande quantidade de conteúdos em cada disciplina, fazem com que o tema Meio Ambiente seja abordado de uma forma simples e reducionista apenas por disciplinas consideradas mais intimamente ligadas, como ciências e geografia.

A Educação Ambiental, deve ser uma disciplina que atue separadamente das outras, mas hoje é tida como um tema transversal, o que muitas vezes se torna esquecido, devido ao fato de os educandos ficarem presos aos conteúdos que lhes são estabelecidos no currículo das suas disciplinas, sendo na maioria das vezes tão extensos que os professores não conseguem concluí-los até o fim do ano letivo: Acresce que muitos professores não se sentem na obrigação da aplicação de um tema transversal, embora este seja de extrema importância.

Ao longo dos séculos, a humanidade desvendou, conheceu, dominou e modificou a natureza para melhor aproveitá-la. Estabeleceu outras formas de vida, e, por conseguinte, novas necessidades foram surgindo e os homens foram criando novas técnicas para suprirem essas necessidades, muitas delas decorrentes do consumo e da produção, contudo, é hoje cada vez mais premente a utilização dos recursos de uma forma equilibrada e que tenha em conta a melhoria da qualidade do ambiente em todas as suas vertentes.

Tabela 8. Opinião dos professores sobre a contribuição da escola em relação a inclusão dos alunos na temática ambiental.

3. Dizem que o povo oprimido, excluído, não tem sequer interesse na temática ambiental. Como vê a possibilidade da escola contribuir para uma “educação popular” sobre a realidade dos problemas ambientais?

P1	A escola tenta suprir essa falha, o que nem sempre é possível pois, como já afirmou-se, falta apoio e incentivo de toda a sociedade.
P2	A escola se esforça, mais falta incentivo da gestão por parte da família do aluno.
P3	Falta de apoio a programas e projetos na área de educação ambiental como políticas de preservação do meio ambiente.
P4	Falta o incentivo de políticas financeiras para trabalhar o meio ambiente na escola junto de professores e alunos.
P5	A escola busca trabalhar da melhor maneira possível, mais falta incentivos de varias partes.

Percebe-se que os professores esperam bastante de recursos financeiros e apoio das famílias para realizar projetos educacionais com a comunidade. Seria melhor que o trabalho em Educação Ambiental, assim como qualquer trabalho educativo, que envolva a formação de cidadãos, não pode ser constituído de práticas descontextualizadas entre a escola, as famílias e a comunidade. A Educação Ambiental crítica deve possibilitar aos estudantes uma sensibilização com as questões relativas ao meio e a aquisição de conhecimentos geradores de ações, jamais poderá ser usada para alienar pessoas para aceitar o sistema socioeconômico

vigente. Assim, a concretização dos objetivos da Educação Ambiental, irá depender da forma como são encaminhadas as diferentes fases de trabalho em EA e como possibilitam o envolvimento de todos nos diferentes tipos de ações.

Segundo Dias (2004), os novos métodos para a E.A dão prioridade a problemas concretos, à utilização do meio ambiente imediato como recurso pedagógico, à colaboração entre o pessoal docente de diferentes disciplinas e à necessidade que a escola esteja aberta à comunidade.

Tabela 9. Opinião dos professores sobre qual projeto seria melhor desenvolver na sua comunidade.

4. Que projetos de Educação Ambiental considera necessário promover junto das populações do Município de Araripina-PE?

P1	Projetos que abordem o meio ambiente em que vivemos. Isso já auxiliaria bastante o conceito de mudanças e qualidade de vida da população.
P2	Projetos de leitura sobre o meio ambiente e palestra de incentivos na área.
P3	Projetos de preservação da fauna e da flora na região do Araripe.
P4	Projetos sociais que envolvam família e escola voltadas para a Educação Ambiental.
P5	Projetos sobre reciclagem, e palestras voltadas para essa temática com profissionais da área.

Utilizar o meio ambiente que o aluno está inserido é a melhor forma de conscientizá-lo dos problemas locais para que ele possa ter uma dimensão dos problemas globais, e assim, conduzir este aluno a mudanças de atitudes. Seria interessante que os alunos não estivessem alheios aos problemas que fazem parte das comunidades em que eles estão inseridos, pois a ação educativa não consegue sair do marco escolar para interessar-se pela comunidade e fazer com que os alunos participem de suas atividades.

Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada. O ambiente tem uma natureza complexa e que é possível a abordagem interdisciplinar, no entanto, na prática os professores em sua maioria não se sentem confortáveis com este tipo de trabalho e, assim, a EA vai ficando de lado nas escolas. Trabalhar nas escolas os problemas ambientais do Município em que vivem os estudantes e as suas famílias é um modo eficaz de promover uma cidadania ativa e responsável. Conhecer para saber agir.

Tabela 10. Opinião dos professores sobre participação ativa em projetos de cidadania.

5. Como os alunos da sua escola podem desenvolver uma participação ativa nesses projetos de cidadania?

P1	Trabalhando sob orientações de educadores com grandes experiências sobre o meio ambiente, com liberdade para auxiliar e concluir as pesquisas orientadas.
P2	A partir do incentivo por parte da gestão da escola e políticas pedagógicas
P3	Participação da sociedade em geral (família) junto a escola e os alunos, trabalhando a coletividade os programas contra a prevenção da fauna e da flora.
P4	Através do incentivo do professor e da escola junto com a participação da família.
P5	É possível desenvolver um bom trabalho na área de preservação do meio ambiente, procurando apoio, social, da família e aprimorando as políticas pedagógicas da escola, com a participação da família no âmbito do processo escolar do aluno.

Para exercer a cidadania se faz necessário não apenas o reconhecimento da própria importância na construção da história da nossa terra, mas também a intervenção e ação de cada um na construção de planeta digno de ser habitado. Esse desafio exige uma nova postura frente às questões ambientais para que possamos atuar como protagonistas do desenvolvimento de um planeta sustentável e não como um espectador de sua destruição

Reconhecer-se a si mesmo, como sujeito da história comunitária pode ser mais complicado e penoso do que tentar reconhecer o outro sob o mesmo aspecto. “Reconhecer o outro não significa necessariamente apreciá-lo, mas sim, respeitar sua história e individualidade”. (Silva, 2011, p. 35, apud Reigota, 2003).

A escola precisa oportunizar maneiras e ações onde os alunos possam refletir sobre o que acontece diariamente ao nosso redor, para que assim possam compreender a importância daquilo que fazemos todos os dias. Quando se pensa nestes atos, não se quer discutir apenas a prática da separação do lixo ou outros cuidados com o meio ambiente, é preciso ir além. A conversa em sala de aula precisa também abranger assuntos relacionados a valores, atitudes de solidariedade e respeito.

É necessário que haja um trabalho onde a valorização do ser humano seja posta em primeiro lugar, levando para dentro da sala de aula assuntos tais como falta de emprego, de moradia e de saúde. Isso poderá auxiliar no processo educacional onde do qual se esperam resultados de atitudes novas e mudanças no modo de pensar e agir dos alunos, compreendendo a real importância do cuidado com o nosso meio ambiente, ambiente este, do qual as pessoas também fazem parte.

CONCLUSÕES

A Educação Ambiental nas escolas

O tema da Educação Ambiental é complexo e envolve problemas políticos, econômicos, sociais e até mesmo culturais entre todas as nações. A resolução dos problemas ambientais não é simples. No Brasil as preocupações ecológicas estão aumentando, mas ainda não há uma ação política efetivamente evidente em termos de atitude e de atuação.

A orientação sobre a Educação Ambiental nas políticas educativas é fundamental na conscientização dos problemas de impactos ambientais, pois através dos conhecimentos adquiridos as crianças e os jovens tornam-se mais conscientes da realidade e dos problemas que afetam os seus modos de vida. Existem recursos técnicos para melhorar o Meio Ambiente, inclusive a questão do lixo, pois se cada um fizer a sua parte o mundo poderá ser melhor.

É preciso despertar nas crianças, nos jovens e nos adultos uma nova consciência e novas atitudes quanto à sobrevivência do Planeta Terra. E a Escola é um espaço fundamental para orientações com alunos e comunidade sobre as questões ambientais.

As questões do Meio Ambiente constituem um tema transversal das disciplinas escolares que, embora estejam presentes de modo mais evidente nas disciplinas de Ciências, História e Geografia, também precisam do apoio das áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Educação Física e Artes para serem melhor compreendidas.

Os resultados desta pesquisa nos mostram que a Educação Ambiental precisa estar mais presente no currículo escolar das duas escolas em análise. Através das conversas informais feitas com os professores de ciências e dos dois questionários realizados, ficou claro o quanto este tipo de trabalho é necessário e quanto pode contribuir na formação dos alunos. Os projetos de Educação Ambiental abrem muitas possibilidades de trabalho, onde o aluno tem a oportunidade de se enxergar como personagem e como cidadão, tomando consciência das causas e efeitos da má utilização dos recursos.

Constata-se nas duas escolas que a dificuldade principal desta iniciativa é a falta de materiais pedagógicos disponíveis, como falta de transporte para as saídas de campo e de recursos financeiros para a elaboração de materiais para a divulgação do projeto, dentro da comunidade. Os outros meios utilizados são os materiais disponíveis na própria escola como:

salas de aula, televisão e videocassete ou DVD, retro projetor, rádio e xérox, enfim toda a estrutura disponível.

Cooperativismo, solidariedade, auto-gestão, iniciativas populares, democracia, formulação de políticas, estratégias de ação, estão subordinados aos princípios filosóficos e éticos do homem e necessitam de profundas mudanças de valores, cultura e ideais. A educação é uma possibilidade de intervenção neste processo para modificar/transformar sua vida, seu meio físico natural, sua relação e inter-relação homem-sociedade, e assim salvar o planeta.

Desta forma, a construção do conhecimento se dá de maneira concreta, onde a realidade está presente nas observações e nas discussões das questões ambientais, mostrando que todos somos responsáveis pelo meio onde vivemos.

Nesta perspectiva, a Educação Ambiental construída na escola pode contribuir muito para a construção de uma cidadania ativa, pois seu ensino torna-se uma prática diária de vida, como pode ser visto em todos os relatos obtidos dos professores que contribuíram para esta pesquisa.

Porém concluiu-se ainda da opinião dos professores que para adquirir consciência sobre as questões ambientais os alunos terão de se envolver em um aprendizado constante sobre a realidade, pois que as transformações naturais também ocorrem de maneira continuada. Por esta razão, os projetos de Educação Ambiental devem visar uma permanente adaptação à mudança no sentido da melhoria da qualidade de vida das populações.

Diante da realidade das duas escolas pesquisadas é fundamental desenvolver e incentivar a sensibilização de todos os participantes envolvidos na escola, professores e alunos, para se obterem melhores resultados. Não basta a inclusão da Educação Ambiental na estrutura curricular para se obter mudança de atitude. É necessário o comprometimento, vontade, conscientização da importância de se adotar posturas pessoais e comportamentos sociais e ambientalmente corretos que contribuam para a formação de cidadãos responsáveis.

Quando aprendemos algo com sentido e significado, a construção do conhecimento se dá de maneira natural e os resultados se tornam práticas sociais que iniciam dentro de nossas casas e se estendem aos grupos sociais dos quais fazemos parte. Por isso, cabe à escola comprometer-se com um dos objetivos da Educação Ambiental, ou seja, fazer do conhecimento um instrumento de mudança.

O valor da Educação Ambiental

Ainda nos dias de hoje no processo da Educação Ambiental, poucos países ainda conseguiram desenvolver o que foi estabelecido nos encontros internacionais. O que foi feito ainda é muito insuficiente para tentar mudar a triste realidade das questões ambientais.

A sociedade humana como se apresenta nos dias atuais é insustentável. Muito tem de se fazer para amenizar os grandes problemas que a humanidade vem enfrentando nos últimos tempos, como o crescimento acelerado da população mundial, a precariedade e a degradação dos recursos naturais, entre tantos outros problemas, até aos problemas relacionados com as mudanças climáticas. É só através da educação que se pode transformar essa situação. Fica evidente, portanto, a importância de educar os cidadãos para que ajam de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro, utilizando os recursos de um modo sustentável. É através da educação que se pode ir modificando as atitudes tanto interiormente, como pessoa, quanto nas suas relações atuações com o ambiente.

A educação ambiental é um processo longo e cuidadoso, pois é necessário a conscientização e principalmente uma mudança de comportamento individual e coletivo, e essa mudança precisa acontecer através da nossa própria consciência, com cada um fazendo a sua parte de cuidar e respeitar o ambiente que vivemos e dependemos para sobreviver.

No entanto a maior preocupação do professor deve ser a de desenvolver valores, atitudes e posturas éticas, pois os conceitos necessários para tratar de assuntos ambientais são aprendidos em outras disciplinas. É necessário mostrar aos alunos as diferenças entre ambientes equilibrados e saudáveis e locais poluídos ou degradados. É importante que o aluno perceba que constatar algum mal não é motivo de desânimo, mas de mobilização da escola e da comunidade para sua solução, e que entendam que as transformações da natureza são constantes e permitem a recomposição dos elementos necessários a vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abreu, I. G.; Abreu, B. S.; Morais, P.S.A. (2009), Educação Ambiental e sustentabilidade: Exercício de cidadania; in: Seabra, G.; Mendonça, I. T. L., *Educação para a sustentabilidade e Saúde global*, Editora Universitária da UFCG: João Pessoa.
- Arendt, H. (1989). *A condição humana*. Forense: Rio de Janeiro.
- Assmann, H. (1990), *Reencantar a Educação*. Editora Ática. Petrópolis – RJ.
- Berna, V. (2001). *Como fazer educação ambiental*. Editora Paulus. São Paulo.
- Brandão, C. (1990). *Pesquisa participante*. Editora Brasiliense, São Paulo.
- Brasil. (1988). *Constituição Federal*. Brasília – DF.
- Brasil. (1997). *Secretaria de Educação Fundamental*. Parâmetros Curriculares Nacionais; meio ambiente. Brasília.
- Brasil. (2012). *Política Nacional de Educação Ambiental*, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: Acesso em: 15 jan. 2012.
- Calvo. S. e Corra Liza . J. (1994). *Educacion ambiental: conceptos y propuestas*. Madrid: CCS.
- Carvalho, I.C.M. (2008) *Educação, meio ambiente e ação política*. In: Acsegrad, H. (Org). Meio ambiente e democracia. Editora IBASE, Rio de Janeiro.
- Crespo, S. (coord) (1998). *O que o Brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade*. Editora MAST/CNPQ e ISER, Rio de Janeiro.
- Dias, G. F. (1999). *Elementos para Capacitação em Educação Ambiental*. Editora Editus, Ilhéus-BA
- Freire, P. (2000). *Pedagogia da indignação*. Editora UNESP, São Paulo.
- Ghiraldelli JR, P. (1987). *A Evolução das Ideias Pedagógicas no Brasil Republicano*. Cad. Pesq., São Paulo – SP.
- Goppel. R. (1991). *Umwelterziehung Katastrophenpädagogik0 Moralerziehung? Ökosystemlehre? Oder ästhetische Bildung?* In: Neue Sammlung. Heft 1-31 Jahrgang Januar/Februar/M ärz.
- Guimarães, M. (2001). *A Dimensão ambiental na Educação*, Editara Papirus São Paulo.
- Leff, E. (2001). *Epistemologia ambiental*. Editora Cortez, São Paulo.
- Loureiro, C. F. B (2000) et al. *Sociedade e Meio Ambiente: A educação ambiental em debate*. Editora Cortez, São Paulo.

Francisca Aline de Oliveira Torres. Educação Ambiental, Cidadania e Perspectivas Populares na opinião dos professores.

Martins, C.N. (2000). *Aprendendo para ensinar, ensinando para aprender: repensando a formação de professores*. Editora Olhares, São Paulo .

Meadows, D. et al. (1999). *Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre os problemas da humanidade*. Editora Perspectiva, São Paulo.

Medina, N. Educação ambiental: Uma nova perspectiva. Série Cadernos Pedagógicos. Cuiabá: Secretaria Municipal de Educação e Universidade Federal do Mato Grosso, 1994.

Meneses, J G, et. (1999). *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. Editora Pioneira. 2ª ed. São Paulo. Pioneira.

Minc, C. (1999). *Educação ambiental*. Caderno Cedes, nº 29.

Piletti, C. (1990). *Filosofia da Educação*. Editora Ática. São Paulo.

Piletti, N. *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau*. São Paulo.

Reigota, M. (1994). *O que é Educação Ambiental*. Editora Brasiliense, São Paulo.

Rocha, A. S. (1998). *A Educação Básica Pós – LDB*. Editora Pioneira, São Paulo.

Romanelli, O. (1978). *História da Educação no Brasil*. 16ª Editora Petrópolis, Rio de Janeiro.

Silva, M. M. P.; Leite, V. D. (2008). Estratégias para realização de Educação Ambiental em escolas do Ensino Fundamental. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 20, jan/jun. Silva, M. M. P.; Ribeiro, L. A.; Cavalcante, L. P. S.; Oliveira. A. G.; Sousa, R. T. M.; Oliveira. J. V. Quando Educação Ambiental faz a diferença, vidas são transformadas. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. v. 28, jun. 2012.

Strong. M. (1992). *O Destino da Terra esta em nossas mãos*. In: Ecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ano 2. n 15. Maio.

Trajber, R. et al. (2001). *Avaliando a Educação Ambiental no Brasil*. Editora Petrópolis, São Paulo.

Unesco. (1994). Carta de Belgrado. 1975. In. Estado de São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. *Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais*. São Paulo.

Unesco. (1977). *Conferência de Tbilisi*. Recomendação 1, parágrafos c, d e f. In: Estado de São Paulo. op. cit., p. 31.

ANEXOS

Anexo I. Questionário 01

Prezado Professor,

A realização de uma pesquisa como trabalho final de curso impõe a necessidade de saber a opinião dos professores sobre “A importância da Educação Ambiental no contexto escolar”. Portanto, solicito a gentileza dos colegas, pra responderem ao presente questionário.

Agradeço a colaboração, desde já.

Escola: _____

Nome: _____

Idade: _____

3. SEXO

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

4. TEMPO DE ATUAÇÃO NA ÁREA

- ☐ menos de 1 ano
- ☐ 1 a 5 anos
- ☐ 6 a 10 anos
- ☐ acima de 10 anos

5. SÃO INCENTIVADOS OU MOTIVADOS PARA TRABALHAR COM PROJETOS SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM SEUS ALUNOS?

- ☐ sim
- ☐ Não
- ☐ às vezes

6. O QUE ACHA DA À IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GRADE CURRICULAR?

- ☐ necessário
- ☐ Desnecessário
- ☐ não sabe responder

7. SABE O QUE SIGNIFICA O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

- ☐ Sim
- ☐ Não

() muito pouco

8 COSTUMAM CONSCIENTIZAR OS ALUNOS QUANTO AOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

() sim

() Não

() às vezes

Anexo II. Questionário 02

Prezado(a) Professor(a):

A realização de uma pesquisa como trabalho final de curso impõe a necessidade de saber a opinião dos professores sobre “Educação Ambiental”. Portanto, solicito a gentileza dos colegas, para responderem ao presente questionário. Os dados de opinião recolhidos são confidenciais.

Agradeço desde já a colaboração.

Escola: _____

Idade: _____ **Tempo na área:** _____

Sexo: Feminino (☐) Masculino(☐)

- 1 No processo de construção de uma Educação Ambiental com os seus alunos que atividades desenvolve para a consolidação dos conhecimentos promotores de uma cidadania ativa, plena e ecológica?**

- 2. Na sua opinião a Educação Ambiental deve ser ministrada numa disciplina com matérias específicas sobre as temáticas ambientais ou deve ser desenvolvida numa articulação interdisciplinar? Justifique.**

- 3. Dizem que o povo oprimido, excluído, não tem sequer interesse na temática ambiental. Como vê a possibilidade da escola contribuir para uma “educação popular” sobre a realidade dos problemas ambientais?**

- 4. Que projetos de Educação Ambiental considera necessário promover junto das populações do Município de Araripina-PE?**

- 5. Como os alunos da sua escola podem desenvolver uma participação ativa nesses projetos de cidadania?**

Anexo III. PPP da Escola X

ARARIPINA-PE

VISÃO DO FUTURO

Preparar pessoas para atuar na sociedade de maneira crítica e criativa, através do desenvolvimento de uma educação participativa envolvida com a realidade concreta, possibilitando que o ensino e a aprendizagem sejam instrumentos para a valorização do homem.

Nosso foco é o educando objetivando o senso crítico e reflexivo, desenvolvendo a efetividade ao seu semelhante, consequentemente ter percepção de seus direitos e deveres.

Proporcionar aos educandos um ensino de qualidade, oportunizando o desenvolvimento de suas potencialidades, que sejam capazes de ler e escrever palavras e textos, identificando problemas estruturais do cotidiano, que entendem as relações existentes entre o homem e os meios que vive e seu espaço geográfico, histórico, cultural e artístico.

- **CARACTERISTICA ESCOLAR.**

- . **MODALIDADE:**

Creche

Infantil I e II

Ensino Fundamental 1º ao 5º ano

PCA I – Programa Caminhos da Aprendizagem

Programa Mais Educação

PROJOVEM

LEVANTAMENTO DE ALUNOS:

Alunos que finalizaram o ano de 2014_____

Quantidade de alunos matriculados em 2015_____

FUNCIONARIOS EM DESVIO DE FUNÇÃO:

JUCILENE FERREIRA LIMA (Diretora Adjunto)

MARIA APARECIDA DA SILVA (Professora de Apoio)

EDILEUZA ARAUJO DOS REIS (Professora de Apoio **READAPTADA**)

HELENA MARIA FERREIRA LIMA VERA CRUZ (Professora Apoio disciplina **READAPTADA**).

ELIANE DELMONDES DA SILVA (Professora Orientadora Educacional).

JULIETA JANES DE OLIVEIRA (Professora Orientadora Programa Mais Educação).

ANTONIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO (Professora de Apoio).

FUNCIONÁRIA COM ATESTADO MÉDICO

EVA OLIVEIRA AMORIM (Afastada por tempo indeterminado)

MARIA BERNADETE DOS SANTOS SILVA

FUNCIONARIA READAPTADA

MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA SANTANA

PROJETOS QUE SERÃO VIVENCIADOS NO ANO LETIVO DE 2015.

. Projeto sobre a importância de economizar, e reutilizar a água, que será vivenciado durante todo o ano letivo, com abertura em 20.03.2015.

. Projeto “ Menos lixo + Saúde”.

. Projeto de “ Leitura e Escrita “ (reforço para as turmas de 3º e 5º ano).

. Projeto de Inglês “ Noções Básicas “ para as turmas de 4º e 5º ano.

DEPENDENCIA DA ESCOLA:

- 01 Sala de Direção
- 01 Sala de Coordenação
- 01 Secretaria
- 01 Sala de Musica
- 01 Biblioteca
- 01 Laboratório de Informática
- 01 Sala de Reforço
- 01 Cantina
- 01 Refeitório
- 01 Almoxarifado
- 01 Depósito de Merenda
- 01 Depósito de material Permanente
- 01 Depósito de Material de Limpeza
- 02 Banheiro para Alunos
- 01 Banheiro na Diretoria
- 01 Banheiro para Funcionários
- 01 Sala de aula do Programa Mais Educação
- 09 Salas de Aula

QUANTITATIVO DE ALUNOS P/ TURMA 2015.

GIL NEY

Nº	PRÉ-ESCOLA/ ANO	TURNO	QUANTI DADE
01	CRECHE A	1º	20
02	INFANTIL I A	1º	25
03	INFANTIL II A	2º	19
04	INFANTIL II B	1º	25
05	1º ANO A	1º	28
06	2º ANO A	1º	33
07	3º ANO A	1º	17
08	3º ANO B	2º	25
09	4º ANO A	1º	22
10	4º ANO B	2º	20
11	5º ANO A	1º	25
12	5º ANO B	2º	22
13	PCA I	2º	16
14	PROJOVEM	3º	80
TOTAL			377

QUANTIDADE DE ALUNOS E PROFESSORES P/ TURMA E ANO

2015

Nº	NOME DO PROFESSOR	PRÉ-ESCOLA/ ANO	TURNO	QUANTI DADE
01	FAGNA NASCIMENTO CARVALHO	CRECHE A	1º	20
02	JOSEANE DELMONDES SILVA (auxiliar)	CRECHE A	1º	-
03	DAMARES MARIA DOS SANTOS	INFANTIL I A	1º	25
04	MARIA DANIELA DA SILVA	INFANTIL II A	1º	19
05	MARIA GENI DA SILVA BARROS	INFANTIL II B	2º	25
06	FRANCISCA CLÉIA FREIRE DA SILVA	1º ANO A	1º	28
07	ELIZETE NUNES LEITE	2º ANO A	1º	33
08	MARIA EVANIZETE LEITE DE SENA	3º ANO A	1º	17
09	GIZENILDA SANTOS MENEZES	3º ANO B	2º	25
10	EUTALIA MARIA ARAUJO	4º ANO A	1º	22
11	EUTALIA MARIA ARAUJO	4º ANO B	2º	20
12	MARIA AUXILIADORA CORDEIRO CRUZ	5º ANO A	1º	25
13	RENÊ DA SILVA LOURENÇO	5º ANO B	2º	22
14	FRANCISCA CLÉIA FREIRE DA SILVA	PCA I	2º	16

GERENCIAL 2015 –ESC.MUL. GIL NEY LINS DE ALENCAR.

Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO	HORÁRIO	TURNO	ESPECIAL	SITUAÇÃO	SETOR	TEL.
01	AURILENE SARAIVA ARAUJO OLIVEIRA	Profa	Diretora	Integral	-	Pós-graduaç.	Concursada	-	9623
02	JUCILENE FERREIRA LIMA	Profa	Dir. Adjun.	Integral	-	Pós-graduaç.	Conc/contr.	-	9964
03	ELIANE DELMONDES DA SILVA,	Profa	Orien. Ens. Fundamental	Integral	-	Pós-graduaç.	Concursada	-	9608
04	MICHELLE RIBEIRO BARROS FERREIRA	Profa	Orient. Infantil	Integral	-	Normal	Contratada	-	9605
05	JULETA JANES DE OLIVEIRA	Profa	Orient. Mais Educação	13as17:30	2º	Pós-graduaç.	Concursada	-	9925
06	EDILEUZA ARAUJO DOS REIS	Profa	Apoio/Pedag.	Integral	-	Pós-graduaç.	Concursada	-	9603
07	MARIA APARECIDA DA SILVA	Profa	Apoio/Pedag.	07as 11:30	1º	Pós-graduaç.	Concursada	-	9622
08	ANTONIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO.	Profa	Apoio/Disciplina	07as 11:30	1º	Pós-graduaç.	Concursada	Disciplina	9916
09	HELENA MARIA FERREIRA LIMA VERA CRUZ	Profa	Apoio/disciplina	07as11:30	1º	Pós-graduaç.	concursada	Disciplina	9682
10	MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA SANTANA	Profa	Readaptada	07as17:30	1º e 2º	Pós-graduaç.	concursada	-	9926
11	KÁTIA DÉBORA FIGUEIRÊDO DE SÁ	Ass. Adm.	Apoio	Integral	-	2º g. comple.	Conc/contr.	Secretaria	9636
12	EVA OLIVEIRA AMORIM	Aux. Administ.	Secretaria	07as13:00	1º	2º g. comple.	Concursada	Secretaria	ates
13	Francisca Auxiliadora Saraiva de Araujo Delmondes	Aux. Administ.	Aux. Administ.	Integral	-	2º g. comple.	Conc/contr.	Secretaria	9643
14	RISONEIDE ANA DA SILVA ARAUJO	Profa	Aux. Administ.	Integral	-	2º g. comple.	Contratada	Secretaria	9997
15	ANTONIO VIEIRA DA SILVA	Profa	07as11:30	07as11:30	1º	2º g. comple.	Contratado	Lab. Inform.	3870
16	CHARLENE DE ARAUJO NORONHA	Profa	Profa	13as17:30	2º	2º g. comple.	Contratada	Lab. inform.	9916
17	LUCIA JOSEFA COSTA SOUSA	-	Biblioteca	07as11:30	1º	2º g. comple.	Contratada	Biblioteca	9965
18	MARIA LUANA DE SOUSA FLORENTINO	-	Biblioteca	13as17:30	2º	2º g. incomp.	Contratada	Biblioteca	não
19	JHON KENIDY RODRIGUES	-	Porteiro	06as12:00	1º	1º g. incomp.	Contratado	Portaria	9919
20	JOSE EDNALDO PEREIRA	-	Porteiro	12as18:00	2º	2º g. comple.	Concursado	Portaria	9616
21	JOSEILSON PEREIRA DE CARVALHO	-	Vigilante	18as06:00	3º	analfabeto	Contratado	Vigilante	Não
22	RAIMUNDO NONATO SOUSA SIQUEIRA	-	Vigilante	18as06:00	3º	1º g. incomp.	Contratado	Vigilante	9666
23	CRISMARIA EUNICE SOARES.	Aux. ser. gerais	Merendeira	06as12:00	1º	2º g. incomp.	Contratada	Cantina	9803
24	JUSSARA MARIA SIQUEIRA PONTES MALA	"	Merendeira	12as17:00	2º	1º g. incomp.	Contratada	Cantina	9135
25	JUCILEIDE MARIA DOS SANTOS	"	Aux. Ser. Gerais	06as12:00	1º	Alfabetizada	Contratada	-	9913
26	MARIA APARECIDA ALMEIDA AQUINO	"	"	06as12:00	1º	1º g. comple	Contratada	-	9908
27	LARISSA ZAVYANNY DE ARAUJO LEITE	"	"	06as12:00	1º	1º g. incomp.	Contratada	-	9666

VÍLDA MARIA FRANCO DE OLIVEIRA	"	"	"	"	06as12:00	1º	1º g.incomp.	Contratada	-	9810-7370
MARIA APARECIDA DA SILVA	"	"	"	"	06as12:00	1º	analfabeta	Concursada	-	9680-6506
GENECI MARIA DE SOUSA	"	"	"	"	12as1800	2º	alfabetizada	Contratada	-	9669-8061
CLEONICE VITOR DOS SANTOS SILVA	"	"	"	"	12as18:00	2º	1º g.incomp.	Contratada	-	9958-2533
MARLUCE SARAIVA DE ARAUJO LETTE	"	"	"	"	12as18:00	2º	1º g.incomp.	Contratada	-	9935-8142
MARIA BERNADETE DOS SANTOS SILVA	"	"	"	"	12as18:00	2º	1º g.incomp.	concurzada	atestado	9966-5136
FAGNA NASCIMENTO CARVALHO	Profª	Profª	"	"	07as11:30	1º	2º g.comple.	Contratada	Creche	não
JOSEANE DELMONDES SILVA	"	"	"	(auxiliar)	"	"	2º g.comple.	Contratada	"	9658-7898
DAMARES MARIA DOS SANTOS	"	"	"	"	07as11:30	1º	2º g.comple.	Contratada	Inf. I	9622-4293
MARIA DANIELA DA SILVA	"	"	"	"	07as11:30	1º	2º g.comple.	Contratada	Inf. II A	9613-7755
MARIA GENI DA SILVA BARROS	"	"	"	"	13as17:30	2º	Licenciatura	Contratada	Inf. II B	9676-8938
FRANCISCA CLEIA FREIRE DA SILVA	"	"	"	"	07as11:30	1º	2º g.comple.	Contratada	1º ano	9911-0204
ELIZETE NUNES LETTE	"	"	"	"	07as11:30	1º	Pós-graduaç.	Concursada	2º ano	9638-4707
MARIA EVANIZETE LETTE DE SENA	"	"	"	"	07as11:30	1º	Pós-graduaç.	Concursada	3º ano A	9993-9915
SIZENILDA SANTOS MENEZES	"	"	"	"	13as17:30	2º		Concursada	3º ano B	não
UTALIA MARIA ARAUJO	"	"	"	"	07as11:30	1º	Pós-graduaç.	Contratada	4º ano A	9981-5140
UTALIA MARIA ARAUJO	"	"	"	"	13as17:30	2º	Pós-graduaç.	Contratada	4º ano B	9981-5140
MARIA AUXILIADORA CORDEIRO CRUZ	"	"	"	"	07as11:30	1º	Pós-graduaç.	Concursada	5º ano A	9632-3414
RENÉ DA SILVA LOURENÇO	"	"	"	"	13as11:30	2º	licenciatura	Contratado	5º ano B	9662-9059
FRANCISCA CLEIA FREIRE DA SILVA	"	"	"	"	13as17:30	2º	2º g.comple.	Contratada	PCA I	9911-0204

DISTORÇÃO/ IDADE – ANO 2015

CICLO/ANO	MATRIC. INICIAL	Até 8 anos	Até 9 anos	Até 10 anos	Até 11 anos	Até 12 anos	+ 12 anos	Total de alunos c/ idade superior	Taxa de Distorção
1º	28	-	-	01	-	-	01	02	7%
2º	35	-	01	01	-	-	01	03	8%
3º	51	-	-	04	03	03	01	11	21%
4º	42	-	-	-	03	04	02	09	21%
5º	50	-	-	-	-	07	07	14	28%
TOTAL	206	-	01	06	06	14	12	39	19%

ALUNOS QUE UTILIZAM TRANSPORTE ESCOLAR 2015.

Nº	Nome do Aluno	Ano	Turno	Endereço	Destino	Veículo	Motorista
01	LAISSA MARIA CONSTANTINO DA SILVA	Inf II A	1º	Sítio Baixa Velha	Esc. Gil Ney	Ônibus	
02	FRANCISCO LUCAS DE SIQUEIRA SILVA	PCA	2º	Sítio Bezerro	" "	Van	
03	ANA EVELLYN SILVEIRA FERREIRA	3º A	1º	Sítio Lagoinha	" "	Ônibus	
04	NATANAEL DE SOUSA OLIVEIRA DE ANDRADE	4º A	1º	Sítio Lagoinha	" "	Ônibus	
05	JENIFFER SILVEIRA FERREIRA	4º A	1º	Sítio Lagoinha	" "	Ônibus	
06	MAYÂNNE FERREIRA OLIVEIRA	4º A	1º	Sítio Baixa Velha	" "	Van	
07	NAYARA DO NASCIMENTO SILVA	4º B	2º	Sítio Pé de Serra	" "	Van	
08	RENATO DOS SANTOS NOBRE	5º A	1º	Sítio Lagoinha	" "	Ônibus	
09	ERISVAN SEVERO DA SILVA	5º A	1º	Sítio Atas	" "	Van	

LEVANTAMENTO DE LIVROS RECEBIDOS P/ 2015.

ANO	DISCIPLINA	QUANT.
1º	PORTUGUÊS	40
"	MATEMÁTICA	42
2º	PORTUGUÊS	42
"	MATEMÁTICA	41
"	GEOGRAFIA	08
"	HISTORIA	08
3º	PORTUGUES	51
"	MATEMÁTICA	49
"	CIÊNCIAS	24
"	GEOGRAFIA	16
"	HISTORIA	16
4º	PORTUGUES	12
"	MATEMÁTICA	12
"	CIÊNCIAS	12
"	GEOGRAFIA	12
"	HISTÓRIA	12
5º	PORTUGUES	13
"	MATEMATICA	13
"	CIÊNCIAS	13
"	GEOGRAFIA	13
"	HISTORIA	13
4º e 5º	GEOGRAFIA	13
" "	HISTORIA	13
EJA I	1, 2 e 3 VOLUME	31
EJA I	HISTORIA E GEOGRAFIA	31
PRFº	Vida em trânsito 1º/5º	04

QUADRO DE FUNCIONÁRIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO 2015.

Nº	NOME DO SERVIDOR	FUNÇÃO	SITUAÇÃO	SETOR
01	ANTONIA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Apoio/Disciplina	Concursada	Disciplina
02	HELENA MARIA FERREIRA LIMA VERA CRUZ	Apoio/Disciplina	Concursada	Disciplina
03	KÁTIA DÉBORA FIGUEIRÊDO DE SÁ	Secretária	Concursada	Secretaria
04	FRANCISCA AUXILIADORA SARAIVA DE ARAUJO DELMONDES	Aux. Administrativo	Concursada	Secretaria
05	RISONEIDE ANA DA SILVA ARAUJO	Aux. Administrativo	Contratada	Secretaria
06	ANTONIO VIEIRA DA SILVA	Técnico	Contratado	Laborat. Informática
07	CHARLENE DE ARAUJO NORONHA	Técnico	Contratada	Laborat. Informática
08	LUCIA JOSEFA COSTA SOUSA	Bibliotecária	Contratada	Biblioteca
09	MARIA LUANA DE SOUSA FLORENTINO	Bibliotecária	Contratada	Biblioteca

QUADRO DE FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVO 2015.

Nº	NOME DO SERVIDOR	FUNÇÃO	SITUAÇÃO
01	CRISMARIA EUNICE SOARES	Merendeira	Contratada
02	JUSSARA MARIA SIQUEIRA PONTES MAIS	" "	Contratada
03	JUCILEIDE MARIA DOS SANTOS	Aux. Ser. Gerais	Contratada
04	MARIA APARECIDA ALMEIDA AQUINO	" "	Contratada
05	LARIASSA LAYYANNY DE ARAUJO LEITE	" "	Contratada
06	VLÁDIA MARIA FRANCO DE OLIVEIRA	" "	Contratada
07	MARIA APARECIDA DA SILVA	" "	Concursada
08	GENECI MARIA DE SOUSA	" "	Contratada
09	CLEONICE VITOR DOS SANTOS SILVA	" "	Contratada
10	MARLUCE SARAIVA DE ARAUJO LEITE	" "	Contratada
11	SOLANGE TEIXEIRA DE OLIVEIRA	" "	Contratada
12	DANUBIA FREITAS MILFONTE	" "	Contratada
13	JHON KENIDY RODRIGUES	Porteiro	Contratado
14	JOSE EDNALDO PEREIRA	Porteiro	Concursado
15	JOESILSON PEREIRA DE CARVALHO	Vigilante	Contratado
16	RAIMUNDO NONATO SOUSA SIQUEIRA	Vigilante	Contratado

APROVEITAMENTO DOS ALUNOS EM 2014 P\ TURMA

Ano\	Matric.	Admitid.	Afast\p	Afast.	Matricula	Promov.	Retido	Taxa	Taxa	Taxa	Taxa
Infant.	Inicial	p\Março	Abondono	Transf.	Final			Promov	Retido	Abond.	Transf.
Creche	18	01	-	04	15	15	-	79%	-	-	21%
Inf. I A	20	-	-	06	14	14	-	70%	-	-	30%
Inf. I B	21	-	03	02	16	16	-	76%	-	14%	10%
Inf. II	26	-	02	08	16	16	-	61%	-	8%	31%
1º ano A	12	-	-	-	12	12	-	100%	-	-	-
1º ano B	15	01	-	03	13	13	-	81%	-	-	19%
2º ano A	16	01	-	02	15	15	-	88%	-	-	12%
2º ano B	24	02	-	02	24	24	-	92%	-	-	8%
3º ano A	15	03	01	04	13	12	01	66%	6%	6%	22%
3º ano B	18	-	-	01	17	13	04	72%	22%	-	6%
3º ano C	19	-	-	04	15	11	04	58%	21%	-	21%
4º ano	33	03	01	06	29	29	-	80%	-	3%	17%
5º ano A	24	01	-	02	23	19	04	76%	16%	-	8%
5º ano B	24	01	-	03	22	19	03	76%	12%	-	12%
5º ano C	23	03	-	08	18	14	04	54%	15%	-	31%
PCA II	13	-	-	02	11	07	04	53%	31%	-	15%
TOTAL	321	16	07	57	273	249	24	74%	7%	2%	17%

APROVEITAMENTO DOS ALUNOS P\ ANO EM 2014.

Ano\ Infan.	Matricula Inicial	Admitid. p\Março	Afast. p\ Abandono	Afast. p\ Transfer.	Matricula Final	Promovido	Retido	Taxa Promov.	Taxa Retido	Taxa Abandon.	Taxa Transf.
Creche	18	01	-	04	15	15	-	79%	-	-	21%
Infantil	67	-	05	16	46	46	-	69%	-	7%	24%
1º ano	27	01	-	03	25	25	-	89%	-	-	11%
2º ano	40	03	-	04	39	39	-	91%	-	-	9%
3º ano	52	03	01	09	45	36	09	66%	16%	2%	16%
4º ano	33	03	01	06	29	29	-	80%	-	3%	17%
5º ano	71	05	-	13	63	52	11	68%	15%	-	17%
PCA I	13	-	-	02	11	07	04	54%	31%	-	15%
TOTAL	321	16	07	57	273	249	24	74%	7%	02%	17%

FICHA RESUMO

Dados do desempenho acadêmico da escola no ensino Fundamental EM 2014.

INDICADORES	ANO						
	1º	2º	3º	4º	5º	PCA	GERAL
Taxa de Aprovação	89%	91%	66%	80%	68%	54%	74%
Taxa de Reprovação	-	-	-	-			7%
Taxa de Abandono	-	-	-	-			0,59%
Taxa de Transferência	11	9%	16%	17%	17%	15%	17%

Formação dos docentes		(ano base 2014)				
Nome	Sexo	Formação			Área de Atuação	Formação Pós-Graduação
		Graduação	Mestrado	Doutorado		
Jusilene Saraiva Lima	F	X			Magistério	Pedagogia
Lucilene Ferreira Lima	F	X			Magistério	Pedagogia
Luciane Delmondes da Silva	F	X			Magistério	Pedagogia
Juliete Jones de Oliveira	F	X			Magistério	Pedagogia
Adelino Lourenço da Silva	M	X			Magistério	Pedagogia
Marina Aparecida da Silva	F	X			Magistério	Pedagogia
Antônia Oliveira do Nascimento	F	X			Magistério	Pedagogia
Alena Maria Ferreira Lima	F	X			Magistério	Pedagogia
Lizete Nunes Leite	F	X			Magistério	Pedagogia
Lucia Euzemiate Leite da Silva	F	X			Magistério	Pedagogia
Lucia do Socorro de Oliveira Santana	F	X			Magistério	Pedagogia
Lucia Ferriandona Lencina Cruz	F	X			Magistério	Pedagogia
Isabelda Santos Mendes	F	X			Magistério	Pedagogia
Raimundo Alves da Silva	M	X			Magistério	Pedagogia
Franciana Pereira da Silva	F	X			Magistério	Pedagogia
Marina Aparecida da Silva Santana	F	X			Magistério	Pedagogia
Ana Danielly Freire Ferreira Lepes	F	X			Magistério	Pedagogia

Anexo dos docentes		Janeiro 2019					
		1		2		3	
Guia Espirito	Volandina de Bora	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Moira	Cicília de Silva Redrigues	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Juliana	Menezes	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Giada	Borlano Mendes Furtado	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Julia	Michelle de Maria Araújo	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Yviane	da Silva Andrade	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Imaculada	Paula de Sousa da Silva	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Luciene	de Sousa Silva Oliveira	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Cildirama	Melina de Miranda	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Matia	Buenos Aires	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Daniela	Risuna Guit	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Juliana	de Micaela Lopes	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag
Roberta	Freijute Silva	X	X	X	Memel	pedagogia	pres pedag

Anexo IV. PPP da Escola Y

Araripina-PE

1. APRESENTAÇÃO

Tendo em vista, a necessidade do engajamento de todo colegiado diretor, professor, pais e comunidade, para juntos desenvolvermos um plano de ação visando à articulação de construção coletiva e democrática do P.P.P. (Projeto Político Pedagógico), sendo este um elemento fundamental e prioritário no desenvolvimento pessoal, profissional e social capaz de realizar as metas traçadas no mesmo. Sistematizando essas ações de forma reflexivas, autônomas, críticas e flexível.

Dessa reflexão surgiram os caminhos a serem trilhados na ação educacional, materializando na forma da proposta pedagógica, onde a meta será Educação de Qualidade.

2. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA ESCOLA

A Escola Municipal Dr. Francisco de Alencar Lima foi fundada no ano de 2001 durante a administração do prefeito, Emanuel Santiago Alencar o qual prestou uma homenagem ao Sr. Francisco de Alencar Lima, em reconhecimento pelo seu esforço em superar as dificuldades da época concluindo assim o seu Curso Universitário tornando-se um dos primeiros bacharelados em Direito de nossa Terra, intimamente conhecido por Seráfico, nasceu em 24 de Janeiro de 1936 natural do Araripe – CE, filho de Ana de Alencar Barreto e Alexandre de Alencar Lima, casado em 3 de Dezembro de 1966 com a Senhora Maria Leaci de Alencar Modesto. Iniciou sua formação educacional na cidade do Crato-CE e concluiu no Rio de Janeiro. Com vasto conhecimento de Assessoria Jurídica, Juiz Conciliador, Defensor Público e Presidente da OAB do Estado de Pernambuco. Teve uma grande contribuição no desenvolvimento da cidade de Petrolina como Vereador durante um período de 8 anos, foi Presidente da Câmara de Vereadores. Assumiu cargo de Prefeito na cidade de Petrolina e participou de vários congressos. Faleceu em 26 de Novembro de 2000.

Para administrar, organizar e dirigir as atividades educativas existentes na escola, já passou pela direção, várias professoras, as quais assumiram total responsabilidade por este Estabelecimento de Ensino. Foram elas:

- Maria Icléia da Cunha Rodrigues;
- Maria Deusa Evangelista;
- Marivanda Lacerda;
- Cicleide Maria da Silva.

Atualmente a direção está sob o comando da Professora Mylane Jacyéilda Muniz Ferreira Laurentino.

2.1. CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE ESCOLAR

A Escola Municipal Dr. Francisco de Alencar Lima está localizada no centro do município de Araripina, tornando-se assim, de grande importância para aquela comunidade, já que educa e orienta os seus alunos para um bom desempenho na sua vida infantil e adolescente. A escola atende a uma clientela diversificada. A maioria dos alunos são moradores da Zona Rural e seus pais são na maioria agricultores, por isso, possui pouco acesso às atividades esportivas, artísticas, culturais e de lazer. Muitas vezes, eles desenvolvem seus trabalhos extraclasse sem nenhum recurso, ou até mesmo deixam de fazê-lo por razões diversas: falta de incentivo, dificuldades materiais, ausência dos pais ou responsáveis para orientá-los. Pertence ao Órgão Municipal de Educação. Limita-se ao Norte com um Terreno baldio, ao Sul com a residência do senhor Elisvaldo, ao Leste com a residência da Senhora Enilda Alencar e ao Oeste com o MA Locar & Lava a Jato. O bairro onde se localiza a escola é bastante central e, além dos alunos da Zona Rural, parte do alunado é composta pelas comunidades dos bairros adjacentes, Vila Queiroz, Alto da Boa Vista, Zé Martins, Vila Batista, Cavalete, onde suas ruas são asfaltadas, tem saneamento básico e uma boa iluminação, as casas da vizinhança são bem estruturadas. Possui vários ramos do comércio, mercados, panificadoras, lojas de confecções, escolas estaduais e municipais, praças, Igrejas e papelarias. A escola é caracterizada por alunos com uma faixa etária entre 7 e 14 anos, distribuídos entre o Ensino Fundamental de Nove Anos (2º, ao 6º Ano). Formado pelo corpo técnico pedagógico que dar total apoio aos professores na realização das aulas atividades (planejamento, apoio didático como um todo). Apesar dos esforços empreendidos pelo corpo docente e equipe técnico-pedagógico, na perspectiva de uma educação de qualidade, constatamos que o nível de desempenho revelado pelos alunos está aquém do pretendido. Acreditamos que os fatores que contribuem para esta realidade, sejam dentre outros: Alunos com diferentes níveis de aprendizagem numa mesma série, sem atendimento específico às suas dificuldades; Falta de efetiva participação/acompanhamento dos pais nas atividades escolares dos filhos.

Atualmente a escola conta com professores capacitados assíduos e com compromisso de contribuir para que a escola seja um lugar de crescimento e

humanização. Assim é importante primar pela sua atualização constante, buscando referências e apoio didático que servirão de subsídios coletivamente, priorizando espaço onde possa vivenciar e fazer troca de experiências, revisando sempre sua formação.

Alunos com igualdades níveis de aprendizagem numa mesma série, com atendimento específicos às suas dificuldades, conta ainda com o apoio pedagógico que busca subsidiar as famílias/responsáveis pelos/as estudantes em relação ao desenvolvimento escolar. Contribuir com a ação docente, em relação aos processos do ensino e aprendizagem propondo subsídios pedagógicos, com vistas à melhoria das aprendizagens dos professores.

A prática pedagógica requer que se pense de forma dialética e que se faça educação para toda sociedade, ainda que, através de diferentes meios e em diferentes espaços sociais.

A riqueza maior da escola são os profissionais que comungam com a filosofia da escola que se fundamenta em princípios de uma política educacional democrática, crítica e participativa de conformidade com os pressupostos da Lei 9394/96. E isso tem em vista contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem, sob o foco de uma formação de cidadania em que o aluno seja agente do seu próprio conhecimento e sua própria história.

Objetivando minimizar este quadro descrito propõe-se, oportunizar atendimento sistemático e assistemático aos alunos, com deficiência na aprendizagem, momentos de leitura na biblioteca, bem como oferecer apoio pedagógico aos professores, na perspectiva de que estes possam redirecionar sua prática, através de aulas diversificadas e novas metodologias. Criações de novos mecanismos que possam fortalecer a integração Escola X Pais, motivando-os no acompanhamento com os resultados alcançados. Queremos formar um sujeito ativo no processo de ensino - aprendizagem. Sujeito que inova, transforma e adquire meios, através da educação, de refazer o que já está feito, de forma mais ampla e útil. Formar um ser questionador do mundo, do homem, da sociedade e de si mesmo, com o objetivo de compreender, trabalhar e perpetuar a cultura a qual está inserida. Um ser capaz de apropriar-se de conhecimentos e transformá-los adequando-os à sua realidade e desenvolvendo seu senso crítico através das relações professor/aluno e aluno/professor.

A organização do trabalho da escola Dr. Francisco de Alencar Lima, está

fundamentada nos princípios que norteiam a educação pública e gratuita: A saber:

a) **Igualdade** de condições para acesso e permanência na escola. Saviani alerta-nos para o fato de que há uma desigualdade no ponto de partida, mas igualdade no ponto de chegada deve ser garantida pela mediação da escola. O autor destaca:

Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada. (1982 p. 63). Igualdade de oportunidades requer, portanto, mais que a expansão quantitativa de ofertas; requer ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade.

b) **Qualidade** que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. O desafio que se coloca ao projeto político-pedagógico da escola é o de propiciar uma *qualidade para todos*.

c) **Gestão democrática** é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógicas, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares.

d) **Liberdade** é outro princípio constitucional. O princípio da liberdade está sempre associado à idéia de autonomia. O que é necessário, portanto, como ponto de partida, é o resgate do sentido dos conceitos de autonomia e liberdade. A autonomia e a liberdade fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. O significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa, sem imposições externas.

e) **Valorização do magistério** é um princípio central na discussão do projeto político-pedagógico. A qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente a formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério.

2.1.1. ATOS LEGAIS a escola encontra-se em tramitação junto ao SEDUC

Criação:

Decreto:

Cadastro:

Publicação:

Modalidade de Ensino

A escola oferece curso Ensino Fundamental I e II. Ministrados em horários diferenciados, no período matutino e vespertino.

Horário de Funcionamento

- Manhã: 07h30min às 11h30minh – 1º Turno
- Tarde: 13h00min às 17h00minh – 2º Turno
- Horário semi-integral - 07h30min as 15h00min

Órgão Mantenedor

Prefeitura Municipal de Araripina

Secretaria Municipal de Educação de Araripina

2.1.3 QUADRO DE PESSOAL TECNICO ADMINISTRATIVO

FUNÇÃO	SITUAÇÃO OCUPACIONAL	LICENCIATURA	ESPECIALIZAÇÃO	VÍNCULO
Aldenora de Freitas Bandeira	Merendeira	Alfabetizada		Efetiva
Ana Patrícia Batista Granja	Auxiliar de Secretaria	Letras e Aprendizagem		Efetiva
Francisca Adriana Pereira Silva	Merendeira	Fundamental I		Contrato
Guimar Elisângela P. R. Reis	Coordenadora	Pedagogia	Psicopedagogia	Permutada
José Nílto Rodrigues Alves	Vigia	Geografia		Efetivo
Josefa Noelia Lacerda Paixão	Secretária	História	História do Brasil	Efetiva
Luiz Romualdo da Silva	Vigia	História		Efetivo
Maria Adelina Alencar	Professora de Disciplina	História	História do Brasil	Efetiva
Maria Cirlê Alencar Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	Fundamental Incompleto		Contrato
Maria da Cruz Nogueira Batista	Professora de Apoio			Efetiva
Maria de Fátima Batista Oliveira	Auxiliar de Secretaria	Pedagogia	Psicopedagogia	Efetiva
Maria Deusaneide Pires	Secretaria	História		Efetiva

Francisca Aline de Oliveira Torres. Educação Ambiental, Cidadania e Perspectivas Populares na opinião dos professores.

Lacerda				
Maria Eliete da Silva	Professora de Disciplina	História		Efetiva
Maria Helena Carvalho	Zeladora	Normal Médio		Contrato
Maria Neide Lauriano de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	Fundamental I		Efetiva
Mylane Jacyélida Muniz F. Laurentino	Gestora	História	História do Brasil	Efetiva
Pamera Ferreira do Nascimento Silva	Coordenadora de Apoio	Ciências	Gestão Agro Ambiental	Efetiva
Selma Maria Balduino	Merendeira	Fundamental Incompleto		Efetiva
Silmara Nunes de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	Normal Médio		Efetiva
Valdenira Antonia de Moraes	Auxiliar de Serviços Gerais	Magistério		Efetiva
Vera Betânia Alencar	Professora de Disciplina	Historia	Psicopedagogia	Efetiva
Verineide de Macedo	Supervisora	Pedagogia/Letras	Psicopedagogia	Efetiva
Veronica Maria da Silva	Zeladora	Normal Médio		Efetiva

2.1.3 QUADRO DOS PROFESSORES

FUNCIONÁRIO	SITUAÇÃO OCUPACIONAL	LICENCIATURA	ESPECIALIZAÇÃO	VÍNCULO
Aldemária Pereira de Brito	Professora	Letras	Língua Portuguesa	Efetiva
Antonia Ednalva Soares	Professora	História	História	Efetiva
Gilvete de Lima Feitoza	Professora	Língua Portuguesa	Português e Arte-Educação	Efetiva
Inara Carollyne Lima Cunha	Professora	Magistério		Contrato
Josimar Cardoso Campos	Professor	Letras	Língua	Efetivo

Francisca Aline de Oliveira Torres. Educação Ambiental, Cidadania e Perspectivas Populares na opinião dos professores.

			Portuguesa/Literatura	
Juscielleide Monteiro Chaves	Professora	Biologia	Psicopedagogia	Efetiva
Linarda de Sena Silva	Professora	História	Gestão Escolar	Efetiva
Maria José de Lima Silva	Professora	História		Contrato
Maria Oberdênia Freire de Oliveira	Professora	Biologia		Efetiva
Maria Reneide Carlos Rocha	Professora	Letras	Língua Portuguesa	Efetiva

2.1.4 QUADRO DO TOTAL DE ALUNOS POR SÉRIE

Nº	SÉRIE	QUANTIDADE DE TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
01	2º Ano	02	45
02	4º Ano	01	33
03	5º Ano	03	80
04	6º Ano	03	113
	Total	09	271

2.1.6. QUADRO DEMONSTRATIVO DE BENS

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS BENS EXISTENTES NA ESCOLA MUNICIPAL DR. FRANCISCO DE ALENCAR LIMA		
Nº	DISCRIMINAÇÃO	QUANTITATIVO
1.	Ábaco	24
2.	Alfabeto de EVA	6
3.	Alfabeto Móvel	12
4.	Alfanumérico Português e Matemática	04
5.	Aparelho de DVD	02
6.	Armário de Cozinha	01
7.	Armários	04
8.	Arquivos	06
9.	Batedeira	01
10.	Bebedouro	01
11.	Bingo de Letras	10
12.	Birôs c/ Cadeiras	15
13.	Bloco Lógico	22
14.	Bola de Futebol	50
15.	Bola de Handebol	09
16.	Bola de Vôlei	16
17.	Brinco	01
18.	Cadeiras	58

19.	Cadeiras Plásticas Brancas	24
20.	Cadeiras Plásticas Brancas c/ Braço	01
21.	Caixa D'água (1.000 l)	02
22.	Caixa de Som	02
23.	Câmera Digital	02
24.	Carteiras	43
25.	Computador com Impressora para Administração/ Secretaria	01
26.	Cruzeletras	10
27.	Data show	01
28.	Dominó de Adição e Subtração	12
29.	Dominó Silábico	10
30.	Estantes	12
31.	Fogão Industrial	01
32.	Freezer	01
33.	Gela Água	01
34.	Geladeira	01
35.	Globo Terrestre	01
36.	Kit de Fantoques	02
37.	Kit de Formas Geométricas EVA	07
38.	Kit Rede Esportiva	01
39.	Kit Rede Futebol de Campo	01
40.	Kit Rede Futsal	02
41.	Kit Rede Vôlei	02
42.	Liquidificador Industrial	01
43.	Loto Aritmético	05
44.	Malinhas de Letras	05
45.	Maquina de Xerox	02
46.	Material Dourado	24
47.	Mesa de Cozinha c/ Cadeira	01
48.	Mesas c/ cadeira	69
49.	Mesas Plásticas Brancas	06

50.	Mesas/ Mesinhas	83
51.	Mesas/Carteiras (conjunto)	156
52.	Microsistem	05
53.	Numerais com Pinos	05
54.	Palavras Cruzadas	07
55.	Petecas	14
56.	Pote Alfanumérico	10
57.	Quadro Branco	06
58.	TV —	04
59.	Ventilador	08

3. JUSTIFICATIVA

O fundamento básico é buscar combater o alto índice de evasão e de repetência escolar, e solucionar mais rapidamente os problemas identificados na parte administrativa e pedagógica. Procuramos juntamente com todos os membros da comunidade escolar, interna e externa, construir um plano de desenvolvimento para atender a demanda, tendo como objetivo favorecer a formação dos alunos mediante a um processo educativo dinâmico e de qualidade, desenvolvendo habilidades, a criatividade e a cidadania, visando uma educação que forme o ser humano sujeito de sua própria história e agente de construção de sua cidadania.

4. MISSÃO DA ESCOLA

Servir com excelência, por meio da educação, formando cidadãos éticos, solidários e competentes.

5. VISÃO DE FUTURO

Sermos reconhecidos como uma Instituição de Educação Municipal integrada e comprometida com a formação de cidadãos críticos, éticos, conscientes, capazes de cumprir com a responsabilidade social, respeitando as diferenças.

6. VALORES

- Aprendizagem contínua
- Clima de acolhimento
- Comprometimento
- Conquista da autonomia
- Convivência como espaço educativo
- Ética
- Parceria escola-família
- Respeito à diversidade
- Responsabilidade Social
- Solidariedade
- Transparência

7. OBJETIVOS

7.1. OBJETIVO GERAL

Proporcionar junto com a comunidade escolar um trabalho coletivo na busca de melhorar a qualidade do ensino para que os alunos desenvolvam suas capacidades necessárias para a vida em sociedade.

7.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer melhor qualidade de ensino e despertar o interesse e garantir a permanência do aluno na escola
- Superar os altos índices de repetência do 2º ao 6º anos;
- Conscientizar o educando desenvolvendo a tolerância o respeito e o amor nas relações de convivência;
- Promover reuniões para avaliar os trabalhos pedagógicos, visando melhorar o rendimento escolar;
- Buscar fontes alternativas que favoreçam a participação da família na escola.
- Possibilitar ao educando sua participação na vida social;
- Melhorar as condições de saúde física e psicológica através do esporte;
- Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades, buscando a formação moral e na construção da cidadania;
- Efetuar a participação dos pais na escola e na vida escolar dos filhos;
- Reduzir o número de reprovados e evasão escolar na instituição de ensino.

8. MARCO DOUTRINAL

A escola segue algumas matrizes pedagógicas que norteiam nossa prática e vivências fundamentais neste processo de humanização das pessoas, que também chamamos de educação.

1. PEDAGOGIA DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Nossa escola tem como desafio permanente difundir novas relações sociais que produz e reproduz valores, alternando comportamentos, costumes e ideias. Construindo a aprendizagem organicamente coletiva torna o espaço escolar uma janela aberta para a visão de um mundo novo, e de uma cultura de pensar no bem de todos.

2. PEDAGOGIA DO TRABALHO

Pelo trabalho nossa escola acredita que o educando compartilha conhecimentos, cria habilidades e forma consciência. Em si o trabalho já é uma potencialidade pedagógica, e a escola torna-o mais plenamente educativo, à medida que ajudamos nossos educando a perceber o seu vínculo com a dimensão da vida humana.

3. EDUCAR PARTINDO DO PRINCÍPIO:

Prática-teoria-Prática, em busca da construção de uma sociedade justa, igualitária, autora de valores e conhecimentos socialmente úteis, almejando o desenvolvimento integral do ser humano, sujeito do contexto social e capaz de transformar o ambiente em que vivemos.

8.1- RESULTADOS DO RENDIMENTO ESCOLAR 2012/2013

IDEB - Resultados e Metas

	Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
COLA DR												
INCISCO												
INCAR	3.2	3.1	4.3	3.9	3.3	3.6	4.1	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5
A												

9. MARCO SITUACIONAL

O mundo em que vivemos especialmente os países capitalistas apresenta aspectos sociais preocupantes gerados pelo sistema político e de produção. Podemos dizer que impera a desumanização, a apologia à violência, o individualismo exacerbado, frutos de um sistema produtivo selvagem que direta ou indiretamente alimenta a corrupção e a força do poder paralelo. A violência se alastra de tal forma e na mesma proporção que a necessidade das pessoas se ajudarem e se auto ajudar.

Se refletirmos com cuidado, observaremos emergindo na sociedade mundial, novos modelos familiares, paralelo a isso, a luta pela igualdade e pela não discriminação. Os papéis antes tão bem definidos dentro da família tradicional, hoje se desconfiguram na luta por melhores empregos, melhores salários, melhores empreendimentos, tornando o lar uma breve pousada desenhado numa agenda de compromisso para pais e filhos, com jornada ampliada de toda a família.

Negros, religiosos, população das periferias, por muitos anos têm sido vítimas de atitudes discriminatórias colocando-os a margem da sociedade privando-os de melhores benefícios e da justiça social.

Todo esse contexto de reestruturação social termina obviamente e inevitavelmente refletindo na escola que recebe crianças de modelos diferentes de família; jovens que aprenderam autogerir seu tempo com uma agenda de responsabilidades familiares ou de ampliação de seus estudos ou trabalho; jovens que buscam preparar-se para o mercado educacional e/ou o mercado de trabalho e adultos que precisam estar em dia com as exigências educacionais do mercado de trabalho.

Diante dessas prerrogativas percebemos uma escola que se depara com expectativas e perspectivas diferentes e também com o empobrecimento ou falta de perspectivas futuras daqueles que são conduzidos até ela por exigência da família.

Partindo da pretensão de formarmos cidadãos críticos e reflexivos, nos embasamos numa filosofia de trabalho voltada para a formação substanciada de valores, ética e respeito ao próximo, garantindo a aprendizagem do aluno independente de sua cor, família ou opção sexual. Gerando um trabalho digno e de qualidade para o bem estar dos alunos dentro e fora da comunidade escolar e sua formação integral enquanto cidadãos.

10. MARCO OPERACIONAL

Queremos que os educandos possam ser mais gente e não apenas sabedores de competências e habilidades. Eles precisam aprender a falar, a ler e interpretar, a calcular, confrontar, dialogar, debater, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber, articular o pensamento e o seu próprio sentimento, sintonizados, com a cidadania para interagir bem com a sociedade em que vivemos.

A educação não é obra apenas da inteligência, do pensamento, é também da afetividade, do sentimento. E é esta combinação que precisa estar no ato de educar, como no de ser educado e deve ser o pilar da relação educador-educando, sustentado pelo companheirismo e pelo respeito no sentido mais profundo e libertador da palavra.

10.1. METAS

- Construir ambiente educativo onde todos os segmentos da comunidade escolar sintam-se responsáveis pelo processo educativo e pela conservação do patrimônio escolar.
- Conscientizar da importância do estudo, como fonte de conhecimento e auto-afirmação.
- Estimular a participação da comunidade nas ações da escola.
- Ter todas as crianças em idade escolar, freqüentando a escola.

10.2. AÇÕES

- Realização de reuniões com todos os segmentos da comunidade escolar para organização das atividades escolares;
- Realização de momentos cívicos semanalmente para entoação do Hino Nacional e de Pernambuco e de Araripina;
- Realização de projetos artísticos e teatrais, poemas, danças para enriquecimento da cultura;
- Realização de reuniões com o Conselho Escolar;
- Realização de reuniões de Pais e Mestres;
- Desenvolvimento de aulas de reforço;
- Apresentação de Projeto de Leitura e escrita;
- Leiturização nas bibliotecas do SENAI e SESI;
- Utilização de atividades diversificadas;
- Vivências de datas comemorativas(Carnaval, Páscoa, Dia das Mães, São João, Dia das Pais, Folclore, 7 de setembro, Dia da Criança e Natal).

11. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Entendemos a avaliação como um processo contínuo e cumulativo, contextualizado por toda a comunidade escolar. E serão realizadas práticas avaliativas como a diagnósticas, investigativas e participativas, levando em consideração o aluno como uma toda sua bagagem cultural e as diferenças individuais.

A avaliação é feita de forma constante e contínua no decorrer de todo o ano letivo, através da verificação dos conteúdos que estão sendo estudados através de provas objetivas, testes e observações diárias.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR DE REFERÊNCIA DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - 6º AO 9º ANO

DIAS LETIVOS ANUAIS	200	DURAÇÃO DA HORA AULA	50
DIAS LETIVOS SEMANAIS	5	ANO DE IMPLANTAÇÃO	2012
MÓDULO	40		
CARGA HORARIA TOTAL	4.000		

BASE LEGAL	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	ANOS				CH	
LEI FEDERAL 9.394/96; LEI FEDERAL 11.274/06; PARECER CNE/CEB Nº 11/2010; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 7/2010; PARECER CNE/CEB Nº 06/2005; RESOLUÇÃO CNE/CEB 03/2005; RESOLUÇÃO CEE/PE 02/2007.	BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	6º	7º	8º	9º	960
			ARTE	2	2	2	2	320
			EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2	320
		CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	6	6	6	6	960
			CIÊNCIAS	3	3	3	3	480
		CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	2	2	2	2	320
			GEOGRAFIA	2	2	2	2	320
			ENSINO RELIGIOSO	x	x	x	x	x
		TOTAL BASE NACIONAL COMUM			23	23	23	23
	PARTE DIVERSIFICADA	LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS/ ESPANHOL/ FRANCÊS	2	2	2	2	320	
	TOTAL DE PARTE DIVERSIFICADA			2	2	2	2	640
	TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA			25	25	25	25	4.000

* Educação, Direitos Humanos e Cidadania, História da Cultura Pernambucana, Educação e Trabalho e Educação Ambiental, antes vivenciados como componentes curriculares, passarão a ser desenvolvidos de forma interdisciplinar.

O componente Ensino Religioso é de oferta obrigatória pelo Estabelecimento de Ensino e de matrícula facultativa para o estudante e será desenvolvida sob a forma de seminário com (02) duas horas quizenais, ofertado diferente do turno no qual o estudante está matriculado.

O Componente Educação Física será ofertado em horário diferente do que o estudante está matriculado.

Araripina, 01 de Junho de 2012.

Cybele Lima Batista Arraes
Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR DE REFERÊNCIA DOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

DIAS LETIVOS ANUAIS	200	ANO DE IMPLANTAÇÃO	2012
DIAS LETIVOS SEMANAIS	5		
MÓDULO	40		
CARGA HORARIA TOTAL	800		

BASE LEGAL	COMPONENTES CURRICULARES		FASES			
			I		II	
LEI FEDERAL 9.394/96; PARECER CNE/CEB Nº 04/98; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 02/98; PARECER CNE/CEB Nº 11/2000 RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 01/2000; RESOLUÇÃO CEE/PE 02/2004;RESOLUÇÃO CNE/CEB 03/2010	BASE NACIONAL COMUM	LÍNGUA PORTUGUESA	X	X	X	X
		ARTE	X	X	X	X
		EDUCAÇÃO FÍSICA	X	X	X	X
		MATEMÁTICA	X	X	X	X
		CIÊNCIAS	X	X	X	X
		HISTÓRIA	X	X	X	X
		GEOGRAFIA	X	X	X	X
		ENSINO RELIGIOSO	X	X	X	X
	TOTAL DE HORAS SEMANAIS		20	20	20	20
CARGA HORÁRIA ANUAL		800	800	800	800	

* As temáticas: Saúde, Orientação Sexual, Educação Ambiental, Direitos Humanos e Cidadania, História da Cultura Pernambucana, História da Cultura Indígena e Afro-brasileira, Música e Ensino Religioso serão desenvolvidas de forma interdisciplinar.

Araripina, Junho de 2012.

Cybele Lima Batista Arraes
Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MATRIZ CURRICULAR DE REFERÊNCIA DO ENSINO MÉDIO - 2012

DIAS LETIVOS ANUAIS	200	DURAÇÃO DA HORA AULA	50
DIAS LETIVOS SEMANAIS	5	ANO DE IMPLANTAÇÃO	2012
MÓDULO	40		
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.000		

BASE LEGAL	ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	ANOS			CH
			1º	2º	3º	
LEI FEDERAL Nº 9394/96; PARECER CNE/CCEB Nº 15/98; RESOLUÇÃO CNE/Nº 03/98; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4/2010	BASE NACIONAL COMUM	LÍNGUA PORTUGUESA	5	5	5	600
		ARTE	1	1	*	80
		EDUCAÇÃO FÍSICA	1	1	1	120
		MATEMÁTICA	4	4	4	480
		QUÍMICA	2	2	2	240
		FÍSICA	2	2	2	240
		BIOLOGIA	2	2	3	280
		HISTÓRIA	2	2	2	240
		GEOGRAFIA	2	2	2	240
		FILOSOFIA	1	1	1	120
		SOCIOLOGIA	1	1	1	120
		TOTAL DA BASE NACIONAL COMUM	23	23	23	2760
	PARTE DIVERSIFICADA	LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS/ ESPANHOL/ FRANCÊS	2	2	2	240
		TOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA	2	2	2	240
		TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA	25	25	25	3000

O componente Educação Física será ofertado, nos 3 anos, em horário diferenciado do que o aluno está matriculado.

*Educação, Direitos Humanos e Cidadania, História da Cultura Pernambucana, Educação e Trabalho e Educação Ambiental, antes vivenciados como componentes curriculares, passarão a ser desenvolvidos de forma interdisciplinar.

Araripina, Junho de 2012.

Cybele Lima Batista Arraes
Secretária Municipal de Educação